



COPRA/CODES/DOCUMENTOS PRIVADOS
FUNDO COMBA MARQUES PORTO
CÓDIGO DE REFERÊNCIA: BR AN.RIO TJ.O.PER.30/5

INFORME MULHER: Informativo do Conselho Nacional
dos Direitos da Mulher. Brasília, nº 7, outubro/1988.
Sobre a mobilização das mulheres na Constituinte
e balanço da atuação das Deputadas Constituintes.

32 p.

INFORME Mulher

INFORMATIVO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Nº 07 - OUTUBRO/88

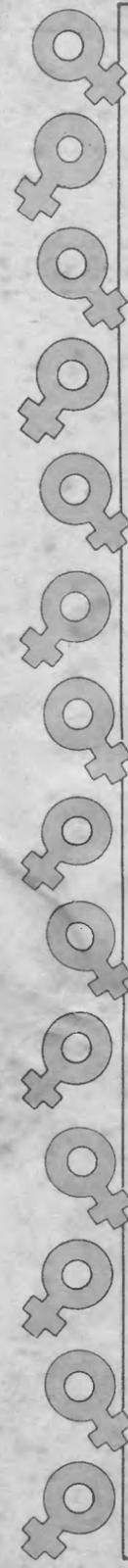
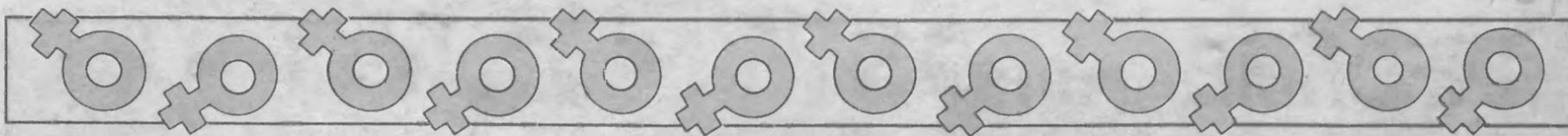


A *luta* DAS MULHERES NA *Constituinte.*

3 
ano

**uma
conquistista
diária**

43.0. PER 30/5, p.2



EDITORIAL

Jacqueline Pitanguy

A Assembléia Nacional Constituinte ainda não havia sido eleita, quando, chegando daqui e dali, trazendo na bagagem cartazes, emoção e esperança, mais de duas mil mulheres se reuniram no Congresso Nacional, em 26 de agosto de 1986, discutindo e elaborando a "Carta das Mulheres aos Constituintes".

O CNDM multiplicou essa carta, levando-a aos quatro cantos do país, entregando-a solenemente, em março de 1987, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Essa carta é, sem dúvida, um documento histórico. Sua leitura permite apreender com clareza as condições e anseios da mulher na sociedade brasileira, na década de 1980. Ela foi, para o CNDM, o grande instrumento de trabalho durante toda a duração da Constituinte.

A partir dessa Carta, com a fundamental colaboração de juristas, elaboramos o documento básico que foi discutido com as deputadas. Delas tivemos apoio decisivo, em todo o percurso desse emocionante processo de redação da nossa Carta Maior. Com elas contamos em todas as etapas de sua elaboração. Desejamos registrar que, no Congresso Nacional, a maioria das vozes femininas se traduziu em votos progressistas. Isso significa que não só na sociedade civil organizada em movimentos populares, mas também no poder Legislativo a mulher contribui significativamente para a instauração de uma sociedade mais justa e mais feliz.

Senti que, pela força da organização das mulheres, a legitimidade de nossas reivindicações foi reconhecida. Isso é, para nós, do CNDM, razão de profunda alegria. Vencemos, companheiras! Cerca de 80 por cento de nossas propostas estão incorporadas ao texto constitucional.

Vamos celebrar essa vitória! Vamos retirar a opacidade que ainda escamoteia a força histórica de nossa luta.

Somos hoje um novo sujeito histórico. Estamos aqui, porque tantas lutaram por nossos direitos de cidadania. Ampliaremos nossa presença sempre, sempre mais. Com nossas filhas e nossas netas, em direção à cidadania plena.

Informe Mulher em Edição Especial

Que Constituição promulgada, neste outubro, não signifique nenhum "happy end" definitivo, ninguém duvida. Agora, há o trabalho de insuflar vida aos princípios constitucionais – tarefa intransferível da sociedade civil organizada. Há o trabalho de traduzir o texto da Carta, em legislação ordinária.

Se um caminho se abre diante de nós, temos consciência, também, de que um itinerário foi feito. Nós, mulheres, soubemos da importância de que poderíamos ser revestidos os trabalhos do Congresso Constituinte. E, desde 1985, mantivemo-nos atentas. O processo foi provocativo para o aprendizado da análise coletiva, da organização, do exercício da cidadania.

Em meio às exigências do trajeto, discutimos e clarificamos nosso desejo, transformamo-nos em lobbistas, afirmamo-nos como seres políticos. Delineia-se, através de nós, brasileiras finisseculares, as mulheres de um novo tempo que não terão como destino – nem prioritário, nem exclusivo – dar o tom ao mundo privado. Nossas irmãs do século que chega, certamente, terão plena voz na constituição, nos destinos e na organização do espaço público, da cidade.

A intenção deste Informe Mulher – Especial é, singelamente, documentar a contribuição das mulheres brasileiras – pelo país, através dos Conselhos Estaduais e Municipais, e no Congresso Nacional, através da luta ingente das 25 deputadas – na preparação desse caminho.

A palavra é toda de nossos Conselhos e de nossas parlamentares.

Ana Liési Thurler

Convites e responsabilidades

Para registrar o trabalho realizado em Brasília – no interior do Congresso Nacional, pelas deputadas Constituintes – e no país – pelos Conselhos Estaduais e Municipais – convidamos, para participar deste Informe-Mulher-Especial as 25 parlamentares mulheres da Assembléia Nacional Constituinte, os onze Conselhos Estaduais da Condição Feminina e os 26 Conselhos Municipais. Aconteceu mesmo de adiarmos o prazo de fechamento, mas, ainda assim, não recebemos a tempo alguns depoimentos. As declarações contidas nos testemunhos veiculados nesta edição são de inteira responsabilidade das respectivas autoras.

INFORME Mulher

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Presidente

Jacqueline Pitanguy

Diretora Executiva

Maria Aparecida Schumacher

Diretora Técnica

Vera Lúcia Soares

Conselheiras

Ana Montenegro
Carmem Barroso

Hildete Pereira de Melo

Lélia Gonzales

Margarida Genevois

Maria Betânia de Melo Ávila

Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante

Marina Bandeira

Maria Colassanti

Nair Goulart

Nair Guedes

Rose Marie Muraro

Ruth Cardoso

Ruth Escobar

Sônia Germano
Tisuka Yamasaki

Coordenadoras da Constituinte

M.A. Schumacher
Nilce Gomes

Comissão da Mulher Negra

Suely Carneiro
Elmodad Maria Azevedo
Solange Neves Rego

Redação e Edição

Coordenadoria de

Comunicação Social

Ana Liési Thurler
Denise Alves
Ruth Meireles

Programação Visual

Fátima Feijó

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Edifício Sede do Ministério da Justiça

5º andar – sala 526
Esplanada dos Ministérios
Brasília-DF – CEP 70.064
Fone: (061) 226-7710



ESTADOS E MUNICÍPIOS: ATUAÇÃO DOS CONSELHOS

O tema é a Constituinte. Os sujeitos são os Conselhos. Um trabalho perseverante foi realizado também por eles. Marcado pela dedicação e pela perseverança, esse trabalho contribuiu muito para dar visibilidade ao desejo da mulher brasileira. Agora, bastidores da História, adeus! Não há caminho de volta para os processos sociais. Os Conselhos - com os movimentos sociais - jogaram na praça a questão da mulher, entregaram a Carta das Mulheres nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, pressionaram as bancadas de seus respectivos Estados na ANC, estiveram no Congresso Nacional nos momentos decisivos. Significaram com o movimento popular - apoio e força para as mulheres que nos representavam, em um Congresso constituído por mais de 95% de homens.

ALAGOAS

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher

Criado pelo Decreto 29.488, de 07.03.86, após foruns de debates com entidades feministas, mulheres parlamentares e mulheres sem vínculos a organizações, o CEDIM representa o canal institucional do movimento de mulheres. Ligado diretamente ao Governo do Estado, o CEDIM é órgão de assessoramento das políticas, em todos os níveis da administração pública direta ou indireta, que visem eliminar as discriminações que atingem a mulher.

Muita dificuldade, mas nenhum medo do trabalho

Não desconhecemos os riscos desta institucionalização. Há pontos positivos, como o poder de intervir nas diretrizes e promoção de políticas específicas. Há pontos negativos, como o perigo da cooptação, ao qual devemos estar alertas. Não basta criar Conselhos da Mulher. É preciso garantir condições de funcionamento, pela legitimidade de seus objetivos.

Durante os dois anos e meio de vida do CEDIM, aceitamos os desafios, enfrentando dificuldades institucionais, não tendo atendidas as exigências de estruturação mínima do Conselho. As mulheres alagoanas apostaram em sua força e caminharam resolutas. Vencemos obstáculos e tivemos nossos momentos fortes de realização e de mobilização.

Desenvolvemos projetos, distribuímos textos, fizemos cursos, seminários, mesas redondas, debates em escolas da rede pública, na Universi-

dade e na comunidade. Elaboramos boletins informativos, folders, questionários, relatórios. Projetamos filmes, encontros estaduais.

Realizamos caminhadas, atos públicos, denúncias, dias de luta, pafletagens. Estivemos presentes em encontros regionais, nacionais e internacional e em iniciativas de outros movimentos sociais, solidarizando-nos e fortalecendo-os, em postura coerente com o desejo de uma sociedade mais justa e fraterna.

Vencendo os limites impostos pelas dificuldades institucionais, alcançamos vôo e chegamos até aqui, com a certeza de que a mulher de hoje tem maior consciência de seus direitos como cidadã e de que a contribuição dos grupos de mulheres é elemento decisivo nesse processo.

“Constituinte - Mulher ausente, todo povo se ressentido”

Pelo momento histórico que vivemos, o ponto alto de nossa atuação foi a Constituinte. Em todo o Brasil, uníssonas, levantamos nossa voz e nos firmamos resistentemente, ao lado do CNDM. A participação alagoana no processo ocorreu de muitas formas. Elaboramos documentos a partir de Encontros Estaduais, como “Mulher e Constituinte”, de onde se originou a Carta da Mulher Alagoana, e “Mulher e Legislação Trabalhista”.

Em sessão solene, entregamos a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes em 18 de março de 1987. Ganhamos credibilidade junto



aos parlamentares e passamos a contar com o apoio de todos eles. O desejo de ampliação de nosso direitos foi motivo de caravanas à Brasília. Tentamos garantir nossas propostas. Caminhamos palmo a palmo por este Estado, desde a primeira versão do ante-projeto, até a versão final, encaminhada a ANC. Postamo-nos nas ante-salas, salas de discussão, corredores, buscando assegurar nossas justas reivindicações de cidadania.

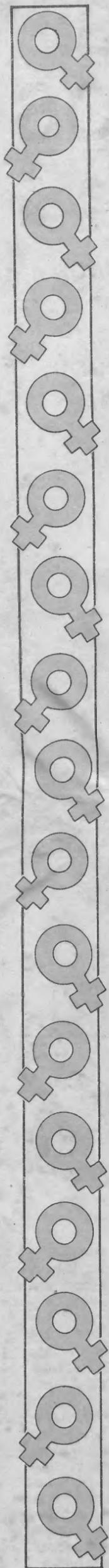
As vésperas do grande momento histórico da promulgação da Carta Magna Brasileira, já voltamos nossas atenções para acompanhar e interferir na legislação ordinária dela decorrente e garantir a manutenção de nossas conquistas. Neste momento, conclamos

as mulheres a essa trincheira de luta organizada. É necessário o fortalecimento da representatividade feminina e feminista nesta nova fase.

A consolidação e o aperfeiçoamento dos Conselhos de Mulheres é uma exigência de nosso tempo. Somos protagonistas de uma nova ordem social e política, construtoras de uma nova mulher.

A conquista de preceitos constitucionais só não será letra morta se nos organizarmos e criarmos mecanismos de cobrança, para que sejam respeitados.

Vamos em frente com crença e fé. Passemos às gerações futuras nossa contribuição real, no resgate da dignidade da mulher como cidadã, criando uma sociedade justa, fraterna e livre.



CEARÁ

Conselho Cearense dos Direitos da Mulher

A CONSTITUIÇÃO QUE NÃO FICOU PELA METADE!

Quando em 11 de agosto de 1988, sob o céu de Brasília, sobre o grama em frente do Congresso Nacional, mulheres de todo país deram-se as mãos e, numa enorme ciranda, lúdica e séria, comemoraram a inserção das bandeiras femininas na nova Constituição, as mulheres cearenses disseram presente em grande estilo.

No Ceará, terra de gente sofrida e resistente, as mulheres puxaram, há muito tempo, a luta por um país mais igual.

Do nosso jeito, com fala própria, apontamos os caminhos da democracia e, entre eles, a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte que redefinisse o país. Com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina e movimentos

autônomos, exigimos a presença das mulheres no Congresso, lembramos a todos que éramos a maioria do povo e que CONSTITUINTE SEM MULHER FICA PELA METADE.

Foram muitos os encontros, os debates, os programas de televisão, as passeatas e comícios, as viagens, as conversas e discursos.

Incansáveis, nos entregamos a esta tarefa, esticando ainda mais nossas múltiplas jornadas de trabalho.

Valeu a pena... apesar de tímidas, nossas bandeiras inseridas no texto constitucional esboçam novas relações entre mulheres e homens, no trabalho, na família, na política, no amor.

Depois de tudo, se a Constituição não saiu inteira, também não saiu pela metade...

Relembrando o caminho andado...

Lançamento da Campanha "Mulher e Constituinte": 1986

A Comissão Provisória do CCDM e as entidades populares e democráticas tomaram a iniciativa de realizar, no Dia Internacional da Mulher, o Encontro Estadual da Mulher pela Constituinte. Criava-se um grande fórum de discussão para as mulheres cearenses, sobre seus principais problemas e suas mais expressivas reivindicações para a nova Constituição brasileira.

A Conferência Estadual da Saúde e Direitos da Mulher, realizada de 12 a 14 de setembro, discutiu e estabeleceu princípios para essa área fundamental para a população feminina de nosso país.

Envolvimento amplo da sociedade: 1987

O Dia Internacional da Mulher foi, então, marcado por um En-

contro de Mulheres de forma unificada. Participaram entidades populares, sindicatos, partidos políticos. Estiveram presentes cerca de quinhentas mulheres.

O CCDM realizou sessão especial, pelos direitos da mulher na Constituição, na Assembléia estadual, em 20 de março. Presentes ou representados estiveram o Governo Estadual, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Deputados Estaduais, entidades populares e diversos segmentos da sociedade.

Entregaram, em Brasília, a Carta das Mulheres aos Constituintes, sete cearenses, representantes do CCDM, na histórica sessão de 26 de março, no Congresso Nacional.

Na aprovação dos relatórios das comissões temáticas, no mês de junho, o CCDM reforçou o lobby das mulheres, diretamente em Brasília.

O segundo semestre de 1987 foi rico. Seminário, no Sindicato dos Bancários, com a presença de Moema São Thiago e Benedita da Silva, aconteceu em setembro. Em novembro, foi a vez do Encontro Estadual "A Mulher e as Leis Trabalhistas", de onde nasceu nossa contribuição para o Encontro Nacional, promovido pelo CNDM, em novembro. Enquanto isso, nesse mesmo mês, se desenrolava o Encontro "Mulher Face a Face".

Pressão e comemoração: 1988

Nas fases finais, nossos objetivos são informar amplamente a população, estimular o debate e pressionar os constituintes. Tudo para manter, no texto final, as conquistas já incorporadas ao Projeto. Assim foi nosso 8 de março deste ano. Ganhamos – e utilizamos! – um espaço de 12 horas na programação da TVE.

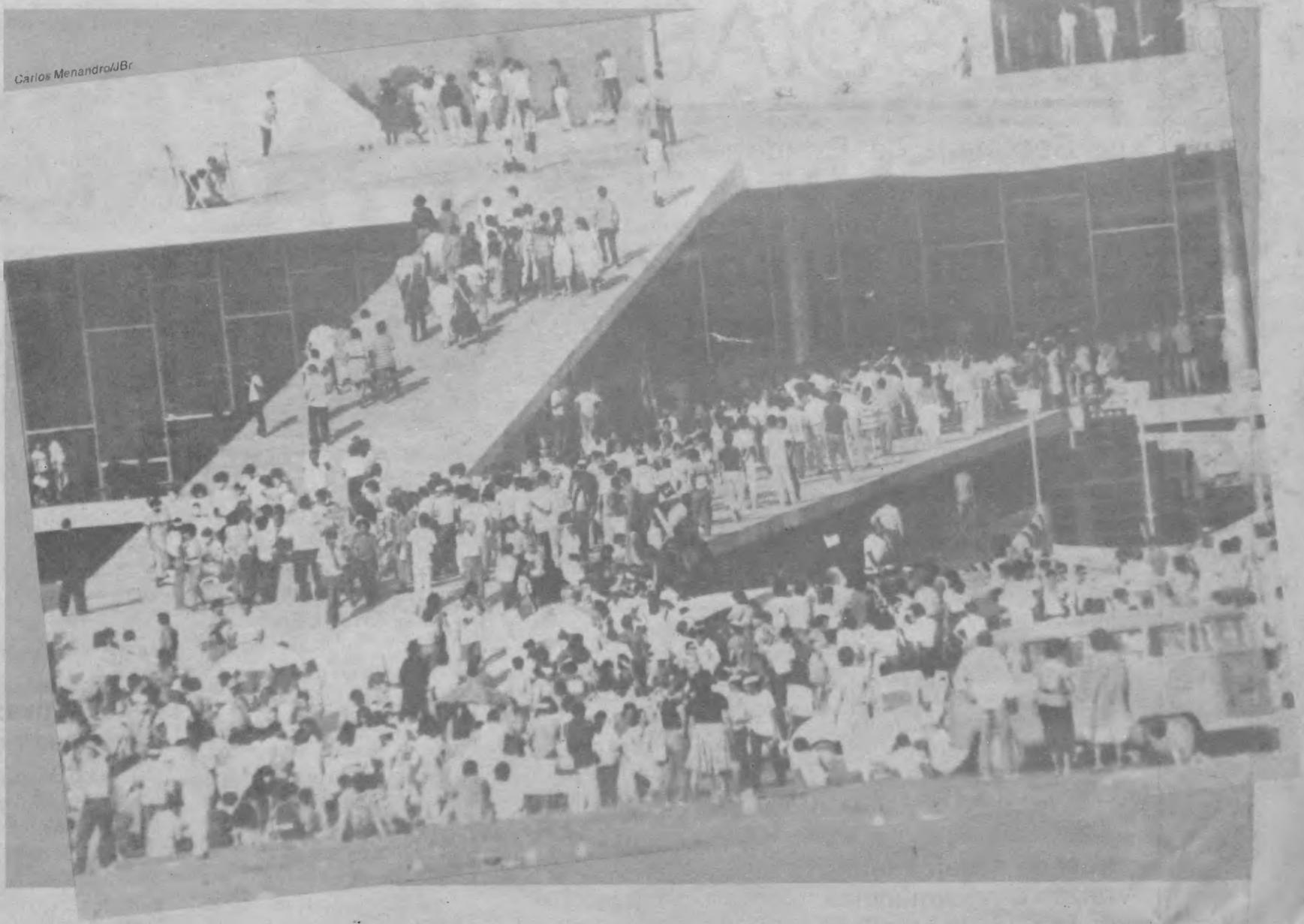
No Dia Nacional de Luta pela Manutenção de Nossas Conquistas – o 20 de abril – chegamos à Assembléia Estadual, onde realizamos sessão especial. O Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher – 28 de maio – e a Campanha de Incentivo ao Aleitamento Materno, em junho, mantiveram as discussões sobre saúde, leis trabalhistas, licenças-maternidade e paternidade, e creches.

Participamos da vigília das mulheres, diretamente no Congresso Nacional, de 8 a 12 de agosto. E comemoramos a aprovação definitiva das primeiras propostas, entre as onze que consideramos inegociáveis.

Avisamos que continuaremos organizadas e alertas. Depois, cantamos, cirandamos, colorimos o azul do céu de Brasília com muitos balões.

INFORME MULHER/CNDM - Nº 07

Carlos Menandro/UBr



DISTRITO FEDERAL

Conselho dos Direitos da Mulher

Nosso Conselho teve, só bem recentemente sua criação formal. Mesmo assim, estivemos muito presente na última fase da ANC, dando também nossa força nas conquistas constitucionais da mulher brasileira.

Assumimos a proposta lançada em 20 de abril de 1988 – “**Filho não é só da mãe**” – que estimula a consciência de todos os brasileiros, de que a maternidade não é um problema só da mulher e sim uma função social, de interesse de toda a sociedade.

Assumimos a proposta lançada em 20 de julho de 1988 – **“Constituinte, as mulheres estão de olho em você!”** e investimos sobre os parlamentares. Lembramos suas atuações na aprovação das licenças-maternidade e paternidade – conquistas essenciais para a mulher trabalhadora, para o homem trabalhador e para a criança.

Comemoramos, no dia 11 de agosto, a incorporação definitiva das licenças maternidade e paternidade ao texto Constitucional. Nossa presidente, Elisa Gonçalves Martins entregou junto com representantes de vários Estados e da presidente do CNDM, ao Presidente e ao Relator da ANC documento, onde manifestamos contentamento com a Constituinte, quanto à incorporação das reivindicações das mulheres, e reafirmamos disposição de continuar lutando, cada vez mais, em defesa da emancipação da mulher. O CDM-DF tem somente três meses de existência. Precisamos cuidar de nossa estruturação. Preocupamo-nos, também, com a violência que se abate sobre a mulher em nossa região. Por isso, realizamos debate com o Secretário de Segurança do DF (Cel. João Manoel S. Brochado), a Delegada de Atendimento à Mulher do DF (Dr^a Oneida de

Fátima Freitas, Titular da DEAM-DF) e a Delegada de Polícia Assistente (Dr^a Maria Goreth Rodrigues dos Reis). Nosso objetivo foi propiciar maior entrosamento entre esses órgãos na prevenção à violência contra a mulher. Pedimos maior rigor nas apurações dos crimes contra mulheres e a expansão da Delegacia da Mulher às Cidades Satélites. Lembramos que o Governador determinou, em julho passado, providências para a instalação da Delegacia da Mulher na Ceilândia.

Participamos de palestras e debates. Recebemos as visitas da Sr^a Maria Kabrheleva, da União das Mulheres da Tchecoslováquia e membro do Secretariado do Partido Comunista, acompanhada pela Presidente Jacqueline Pitanguy e pela Sr^a Maria de Lourdes, representante da Associação de Juristas Democráticos da Nicarágua.

Para maior integração do

CDM-DF com a comunidade, decidimos que as próximas reuniões serão realizadas nas Cidades Satélites. Em 24 de setembro, o CDM-DF terá encontro com a Comunidade do Catingueiro, em Sobradinho, onde serão abordados questões ligadas à violência contra a mulher, os direitos da mulher na Constituinte, planejamento familiar, importância da conscientização e da organização das mulheres.

Pela proximidade geográfica e com o objetivo de cooperação mútua, o CNDM, através de representantes, tem participado de nossas reuniões – o que tem sido extremamente importante para o fortalecimento do CDM-DF e para o alcance de nossos objetivos.

Nossa luta continua para que, com a legítima pressão popular, os princípios constitucionais que asseguram os direitos da mulher, se transformem em leis.

GOIÁS

Secretaria de Estado de Condição Feminina

A fala do coração do Brasil

A campanha deflagrada pelo CNDM, em agosto de 1986, com o Encontro Nacional, em Brasília, originando a "Carta das Mulheres aos Constituintes", contou com a participação de milhares de mulheres deste país. Esse momento significou um marco na história de luta das mulheres. Emergia, no momento da elaboração daquela Carta, um processo que iria requerer muita luta, garra e, sobretudo, muita solidariedade entre nós, mulheres, visando assegurar no projeto constitucional as nossas reivindicações.

Nossos desejos têm raízes e ressonâncias na sociedade brasileira

É importante reconhecer o papel decisivo do movimento social de mulheres em todo este processo: as propostas apresentadas aos Constituintes consubstanciam os resultados de uma luta que vem sendo empreendida há anos e anos por este movimento.

A sociedade brasileira acompanhou a mobilização das mulheres solidarizou-se com nossas aspirações, numa demonstração clara de que nossas reivindicações têm tido repercussões na sociedade como um todo.

Trabalhos

Nós, da Secretaria da Condição Feminina, como os demais órgãos institucionais espalhados por nosso país, com o fim de executar políticas que visem erradicar todas as formas de discriminação sofridas pela mulher, nos envolvemos com esse processo. Encampamos a luta e, junto com os grupos de mulheres de Goiás, a "Carta aos Constituintes" foi entregue a nossos deputados estaduais, em solenidade especial, na Assembléia Legislativa, em março do ano passado.

Em junho daquele ano, a Secretaria viabilizou a presença de grupo expressivo de mulheres goianas, para acompanhar, no Congresso Nacional, as votações



Semana da Mulher

das Comissões Temáticas.

Em novembro, a Secretaria coordenou, com as Centrais Sindicais, Federações, Sindicatos de Trabalhadores, o Encontro Estadual "As Mulheres e as Leis Trabalhistas". Os resultados desse encontro foram levados ao Encontro Nacional, realizado em Brasília e, naquele documento conclusivo, foram reafirmados os anseios das mulheres goianas de que a nova Constituição consagrasse princípios de igualdade e justiça social.

Uma iniciativa que repercutiu muito positivamente na sociedade goianense foi desenvolvida no último Dia Internacional da Mulher, pela Secretaria e Grupos Organizados de Mulheres. No decorrer de uma semana, debates incluíram a questão da Constituinte e temas polêmicos sobre a problemática feminina. No encerramento das atividades, contamos com as participações

de Lúcia Vânia Abrô Costa e Florisa Verucci. As companheiras analisaram a situação da mulher na Constituinte, nossas perspectivas com a Nova Carta e, juntas, analisamos o processo em curso.

Perspectiva: a caminhada continua

O saldo de nossa luta é bastante positivo e os resultados impõem a nós, mulheres, novos desafios. Os princípios de igualdade entre homens e mulheres estão contidos na nova Carta. É preciso, agora, que sejam efetivados na prática. Entramos em outra fase, que exige de nós, muita sensibilidade, para que os avanços conseguidos a nível da lei, se tornem realidade, nas relações entre homens-mulheres-sociedade-Estado.

Preparemo-nos, pois, para essa nova caminhada.

MATO GROSSO DO SUL



Conselho Estadual do Direitos da Mulher

Participamos deste Informe Especial, ao lado dos demais Conselhos, centralizando nosso relatório neste ano.

Ocorreu com as demais companheiras, também! Concentramos nossa energia na luta por um texto Constitucional mais avançado, que possa vir a se traduzir em maior qualidade de vida para todos. Por isso trabalhamos muito pela aprovação no texto-final das licenças-maternidade e paternidade e por creches para crianças de zero a seis anos.

A luta de todos

Abrimos muitos espaços. Fomos à Câmara de Vereadores, à Prefeitura e a Assembléia Legislativa. Comprometemos as lideranças políticas da instância municipal e estadual a lutar conosco. Levamos a vereadores e Prefeito de Campo Grande e Deputados Estaduais o pedido de que assumissem a representatividade de que os investimos e fossem mediadores do desejo da população de nosso Estado, expressando-se junto a toda bancada do Mato Grosso do



INFORME MULHER/CNDM - Nº 07

TJ.O.PER.30/5, p. 7

MINAS GERAIS

Conselho Estadual da Mulher



Sul, na Assembléia Nacional Constituinte.

Independentemente dessa manifestações, nosso Conselho também enviou telex a cada um dos Constituinte de nosso Estado, pedindo a aprovação desses dispositivos. Conseguimos que várias entidades assinassem conosco esses telex ou se posicionassem isoladamente, através de telegramas ou telefonemas, fortalecendo nossa pressão.

Afinal, vai se compreendendo que essa luta é de todos.

A resistência

Ao lado do lobby junto aos oito deputados e três senadores que compõem a representação de Mato Grosso do Sul, tomamos atitude frente às discriminações ocorridas. Foi o caso, por exemplo, da Secretaria de Segurança que publicou edital para concurso na Polícia Feminina exigindo que a candidata não tivesse filho. Nosso trabalho foi exitoso e os termos do edital, alterados.

Outro caso foi da Fundação C.E.R.A., da Escola Técnica em Agropecuária (Município de Aquidauana) que, neste ano, por decisão de seu Diretor Executivo, vetou a inscrição de mulheres.

A partir deste outubro, será mais fácil enfrentarmos medidas discriminatórias como essa: a Constituição será instrumento em nosso trabalho de construção de um país mais digno!

Ainda que a totalidade de nossas propostas não tenham sido aprovadas, o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais considerou um avanço significativo as conquistas que tivemos na Constituinte. Para a presidente do CEM, Sandra Lima, "todo o processo de debate e votação foi extremamente rico e o fato de as questões da mulher terem sido colocadas em ampla discussão, ganhando espaço em toda a imprensa brasileira, balançando o mundo político e a sociedade em geral, foi muito importante."

Mulher-Notícias

Das propostas encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte, a licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade foram o carro-chefe das atividades do Conselho. Em seu segundo número, o Mulher-Notícias – jornal bimensal do CEM – divulgou, em seu editorial, uma análise da questão. Pontos que foram sempre ressaltados: a

maternidade tem função social e é conquista da sociedade e não somente da mulher.

Quando à licença-paternidade, diz o editorial: **Consideramos as críticas a essa conquista do homem, da mulher e da criança, preconceituosas, principalmente quando visam a atingir a classe trabalhadora dizendo que os homens "aproveitarão" essa licença para ficar nos bares da vida). Sabemos que na classe operária brasileira residem os melhores sentimentos de solidariedade, fraternidade e responsabilidade. O que lhe faltam são condições dignas de vida. Consideramos, portanto, esses oito dias, um grande passo rumo à conscientização de toda população, no sentido da divisão e colaboração de uma tarefa tão sublime, de homens e mulheres: sermos pais e sermos mães.**

Com o título "Licença-maternidade/paternidade – Direito da criança, benefício para a Sociedade", colocamos a polêmica sob a forma de cinco depoimentos, nas páginas

centrais do Mulher-Notícias. O jornal, com uma tiragem de 30 mil exemplares, foi enviado a todas as lideranças da capital e do interior mineiro, às entidades femininas espalhadas pelo Brasil, bem como às autoridades e parlamentares em Minas e em Brasília.

Coletivas e documento

Com a Federação Mineira de Mulheres, o Conselho participou do Dia de Luta pela Garantia das Conquistas da Mulher, convocando a imprensa para uma coletiva. Na ocasião foi divulgado amplamente documento, fundamentando a defesa dessa bandeira.

Acompanhamento

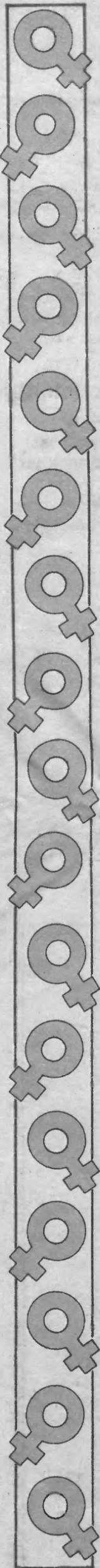
Em todos os momentos da votação da Constituinte, até o 1º e 2º turnos pelo plenário, o Conselho esteve presente, enviando telegramas aos parlamentares mineiros, às lideranças de todos os partidos no Senado e na Câmara, a ao presidente da ANC. Fizemos o texto chegar às bases eleitorais em todo o Estado.

Geraldo Ribeiro



Coletiva do Dia Nacional de Luta pela garantia da licença maternidade e paternidade Sandra Lima – Presidente do CEM (3ª da direita para a esquerda)





A entrega da Carta das Mulheres às constituintes paraibanas, em 24 de março do ano passado, deu início a uma ampla programação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Campina Grande, Paraíba, em defesa dos nossos direitos na nova Carta.

Logo em seguida, a presidente do conselho, Madalena Padilha, participou, em Brasília, da entrega da Carta das Mulheres ao presidente do Congresso Nacional, e não parou mais. Através de artigos, debates, campanhas, encontros, entrevistas e manifestações, o Conselho de Campina Grande lutou intensamente pelos direitos sociais, e, em especial, pela licença-maternidade de 120 dias e a paternidade, de 8.

Em julho, foi realizada uma campanha para o recolhimento de assinaturas de apoio à emenda ao Projeto da Constituição, "Saúde da Mulher". Em outubro de 87, ao lado da CGT, da CUT e demais organizações de mulheres, o conselho participou do Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora, onde foram discutidas e aprovadas propostas de inovações nas leis trabalhistas, entre as quais, a licença-gestante de 120 dias, 40 horas semanais, salário-mínimo e reconhecimento da profissão das trabalhadoras domésticas.

Este ano, em 8 de março, as

As paraibanas concentraram seus esforços na licença-maternidade

Elza Fióza/EBN



mulheres de Campina Grande fizeram manifestação pública na Praça da Bandeira, com participação das centrais sindicais e organizações de mulheres, com leitura de todas as propostas aprovadas

no projeto da nova Constituição que beneficiam as mulheres.

Em abril, o Conselho esteve presente ao ato público em defesa das licenças maternidade e paternidade. E até agosto, as repre-

sentantes do conselho participaram de debates nas universidades e clubes de mães, sempre enfatizando os interesses das mulheres na Constituinte, assim como em entrevistas à televisão.

○ Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, desde dezembro de 1985, envolveu-se com a campanha pela conquista de nossos direitos na Carta Constitucional. A preocupação, durante todo esse período, foi valer-nos da oportunidade histórica, e ampliarmos as condições para o exercício pleno de cidadania pelas mulheres.

Adotamos a chamada "**Constituinte é como a maternidade, não existe sem a mulher**" e promovemos inúmeros debates, ao longo de 1986.

Participamos com o maior número de representantes, no Encontro Nacional de agosto de 1986, e nos engajamos firmemente na campanha "**Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher**".

Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais na nossa mira

A partir de março de 1987, com a entrega da Carta aos Constituintes, em sessão solene na Assembléia Legislativa do Estado e em várias Câmaras Municipais, a campanha se fortaleceu. Encontros, discussões concretas, para garantir que as propostas se tornassem realidade como avanços sociais se multiplicaram.

Também no 8 de março de 1988 chegamos à Assembléia Estadual e às Câmaras Municipais.

PARANÁ

Conselho Estadual de Condição Feminina

Suas sessões, nesse dia foram voltadas para a apresentação das propostas já inseridas no Projeto de Sistematização e a reivindicação de sua garantia e ampliação nas Leis Ordinárias.

Trabalho, violência, saúde

Centrado nas questões gerais e específicas da Mulher trabalhadora, realizou-se em outubro de

1987, o encontro **A Mulher e a Legislação Trabalhista**. Suas propostas foram levadas para o encontro nacional.

Seminário ocorrido em dezembro de 1987, debateu a questão da violência e do atendimento especializado à mulher.

Participamos da Comissão Interinstitucional de Saúde da Mulher, da Secretaria de Estado da Saúde, discutindo a implantação efetiva do PAISM. Projetos, para isso, já estão aprovados em 17 municípios.



Entrega da carta à Constituinte ao Dep. Estaduais - Março 1987

Representatividade é responsabilidade

Boa parte da luta permanente realizada por nós, ficou por conta da pressão aos Constituinte paraenses para sensibilizá-los, através de telex, telegramas, ofícios e notas na imprensa, a votar em fa-

vor dos direitos sociais e de nossas reivindicações. Entre as propostas que nos concentramos estão licença paternidade de 8 dias, licença maternidade de 120 dias, igualdade de salários entre homens e mulheres, creche para crianças de 0 a 6 anos, educação gratuita.

Conselho Municipal de Condição Feminina de Arapongas

O teatro em sintonia com a história

No Paraná, a integração de esforços do Conselho da Condição Feminina de Arapongas e da Universidade Estadual de Londrina, gerou peça O Trabalhador e a Constituinte, apresentada dezenas de vezes pelo Grupo Proteu.

Além disso, o Conselho atuou junto a entidades de bairros, ao lado da Associação de Consciência Negra de Arapongas, discutindo a problemática da mulher negra. Foram realizados debates e palestras sobre os problemas da mulher, a atuação da Constituinte a esse respeito, os direitos do homem, com distribuição de panfletos sobre a licença-maternidade e a licença-paternidade.

GRUPO PROTEU

Estar em sintonia com a história do seu tempo, é uma das preocupações constantes do GRUPO PROTEU da Universidade Estadual de Londrina. Vai daí que em maio de 1985, o grupo montou e encenou para os mais diversos tipos de públicos: "A Mulher e a Constituinte"; "O Trabalhador e a Constituinte"; "O Índio e a Constituinte"...

Foi um trabalho despojado e que não levantava bandeiras, mas propunha discussões dos mais variados temas do interesse dos trabalhadores urbanos e rurais. Caracterizada como uma reunião intersindical, a encenação ia apresentando, pela ótica do trabalhador, seus problemas cotidianos, proporcionando assim uma interação palco e platéia.

"A Mulher e a Constituinte" discutiu o não reconhecimento da prostituição, a exploração do trabalho das domésticas e das me-

noreas, a falta de condições de trabalho e a baixa remuneração das bóias-frias, além do não cumprimento da legislação (construção de creches, transporte e assistência Médica), só pra começar.

Por ser um trabalho com uma montagem muito simples "A Mulher e a Constituinte" pôde ser adaptado e apresentado em todos os locais em que foi solicitado: bares, escolas, sindicatos, centros comunitários, praças, igrejas, comunidades rurais, congressos e teatros.

Como já foi dito, o grupo não propunha fórmulas nem soluções. O objetivo era simples: que as pessoas chegassem às suas próprias conclusões ou dúvidas e a partir daí, saíssem em busca das possíveis soluções.

Neste aspecto, pode-se afirmar que, em alguns momentos, o objetivo final foi conseguido. Em uma escola secundarista de Londrina, por exemplo, depois da discussão aberta com o espetáculo, os alunos puderam compreender a importância da organização e fundaram o seu grêmio estudantil. Em outra apresentação, numa comunidade de bóias-frias, as mulheres trabalhadoras literalmente tomaram a cena e discutiram profundamente a questão sindical e suas condições de trabalho. Resultado: uma das mulheres que participou desta discussão foi eleita presidente do Sindicato Rural daquela comunidade.

Em quase um ano de andanças, "O Trabalhador e a Constituinte" fez dezenas de apresentações em Londrina-PR, Rolândia, Distrito de Santa Margarida-PR, Curitiba-PR, (03 apresentações) e Pelotas-RS (02 apresentações)



"A Mulher e a Constituinte" Grupo Proteu Londrina/Paraná

Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba

Compreendendo a necessidade da mobilização e participação das mulheres em torno da constituinte para conquistar seus direitos civis e políticos, iniciamos nossas atividades em março de 1987 com a entrega da Carta das Mulheres aos parlamentares de nosso Estado, num ato simbólico, onde reafirmávamos as nossas reivindicações.

Seguindo os trabalhos da Constituinte lançamos uma campanha de popularização dos principais temas referentes às mulheres com a pintura do mural "A mulher na Constituinte", numa avenida de nossa capital, em maio de 1987.

"Aborto: uma discussão necessária"

Em julho do mesmo ano promovemos o debate "Aborto: uma discussão necessária", com a presença de Zulaiê Cobra Ribeiro e a deputada constituinte Lédice da Matta, objetivando lançar publicamente a campanha contra a criminalização do aborto, divulgamos também um abaixo-assinado a favor da discriminação do aborto e da necessidade de uma ampla discussão sobre o tema.

Em setembro realizamos em conjunto com o Conselho Esta-

dual da Condição Feminina do Paraná, sindicatos e movimento de mulheres, o Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora cujo tema foi "A mulher e a legislação trabalhista". Esse encontro teve grande participação e retirou propostas a serem discutidas no Encontro Nacional organizado pelo CNDM.

Também em setembro lançamos um número especial do Jornal da Mulher sobre a Constituinte, discutindo os temas mais polêmicos sobre as nossas reivindicações e lançando como encarte a publicação do CNDM sobre os nossos ganhos.

Mais recentemente temos centralizado nossos esforços em torno das licenças maternidade e paternidade. Nesse sentido fizemos um cartaz com a Intersindical do Paraná, divulgamos o material do CNDM junto aos grupos de mulheres e um abaixo assinado para garantir essa conquista dos pais e das crianças.

Além dos eventos que temos organizado e participado temos divulgado a questão da constituinte nos grupos de mulheres promovendo discussão em torno dos 120 dias, saúde da mulher, questões trabalhistas, aborto e outras questões que envolvem diretamente as mulheres na luta pelos seus direitos.

Conselho Municipal da Mulher de Jandaia do Sul

Em Jandaia do Sul, o Conselho vai à zona rural

Em Jandaia do Sul, no Paraná, o Conselho Municipal da Mulher vem participando da luta contra a discriminação feminina em diferentes setores, como trabalho, violência e planejamento familiar.

Em defesa das reivindicações femininas na Constituinte, estas atividades foram intensificadas, especialmente na área de trabalho rural e planejamento familiar. Na opinião da presidente da entidade, Terezinha Barbosa Guimarães, "as conquistas demonstram a importância da união feminina".

Em março, foram realizadas reuniões na zona rural sobre A Mulher e o Trabalho Rural, com a participação das lideranças locais, que abordaram desde os aspectos jurídicos à política agrícola, despertando grande interesse na população. O Conselho Municipal da Mulher elaborou propostas e solicitou solução para as principais questões enfocadas nestes encontros, num documento que

foi encaminhado à Constituinte. Entre agosto e setembro, foi realizado o II Encontro da Mulher e o Trabalho Rural, onde foram repassadas à população feminina as vitórias obtidas, terminando com a realização da feira agrícola das mulheres.

Com base na cartilha Para Viver o Amor, vêm sendo realizadas reuniões onde se fornecem subsídios a homens e mulheres para um planejamento familiar consciente. Estas atividades são desenvolvidas juntamente com os grupos de reflexão da igreja católica, Departamento de Saúde e Bem-Estar Social da Prefeitura Municipal, estabelecimentos de ensino e outras entidades. Como desdobramento do planejamento familiar, na expectativa da votação do segundo turno da Constituinte, o Conselho Municipal da Mulher esclareceu a população quanto às licenças maternidade e paternidade, creches, campanha contra a mortalidade materna e demais direitos sociais.



Conselho da Condição Feminina de Toledo

Criado com o objetivo de atuar na defesa dos direitos da mulher, promovendo ações e medidas concretas que visem a contribuir para ampliar o nível de informação, participação e mobilização, buscando eliminar as discriminações de que elas são vítimas, o Conselho da Condição Feminina de Toledo desempenha um papel importante junto aos diversos setores da comunidade toledana e paranaense. No último dia 15 de janeiro, o Conselho completou três anos de existência legal.

Criado pelo Decreto número 001/85, de 15 de janeiro de 1985, o CMCF solicitou, através de suas integrantes, ao prefeito do município, Albino Corazza Neto, que remetesse à Câmara Municipal projeto de Lei institucionalizando sua existência. O projeto foi remetido à Câmara e, depois de aprovado, transformado na Lei Municipal nº 1413/88, de 20 de abril de 1988.

Com relação à luta empreendida para a conquista dos direitos da mulher na Constituinte, realizamos a coleta de assinaturas para a apresentação da emenda popular "Iniciativa Popular Direitos da Mulher". Enviamos telex a todos os líderes de todos os partidos com representação na Assembleia Nacional Constituinte, solicitando voto favorável à manutenção no texto constitucional da licença-maternidade de 120 dias e da licença-paternidade de oito dias. Esses dispositivos, já aprovados no primeiro turno, representam conquistas das mais importantes para as mulheres brasileiras, um passo para o reconhecimento da função social da maternidade.

No Dia Nacional de Luta pelos 120 dias de licença-maternidade e demais direitos (20 de abril), divulgamos carta-aberta à população, enviada aos veículos de comunicação de Toledo, da região oeste do Paraná e de todo o Estado.

Durante as comemorações do oito de março, este ano, promovemos diversas reuniões nos bairros da cidade, relatando o andamento dos trabalhos Constituintes e as principais bandeiras de luta das mulheres. Realizamos, nesse mesmo dia, uma manifestação pública na praça central da cidade,

em que diversas oradoras mencionaram os direitos das mulheres inseridos no texto constitucional. Distribuímos a Carta das Mulheres à população feminina de Toledo e a diversas entidades locais, além de divulgar também o folheto "Filho Não é Só da Mãe".

Conselho Municipal da Condição Feminina de Paranavaí

Clubes de mães discutem os direitos da mulher

Em Paranavaí, o movimento de mulheres vem se fortalecendo através de clubes de mães, nos bairros. O Conselho Municipal da Condição Feminina vem atuando intensamente junto aos clubes de mães, com palestras e trabalhos conjuntos, como a organização de

creches e micro-empresas. Após a campanha em favor da licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de 8 dias, o conselho se dedicou ao esclarecimento da população sobre os novos direitos da mulher estabelecidas na nova Constituição, através de palestras sobre as novas leis.

PIAUI

Conselho Municipal da Mulher de Teresina

Ato público reúne 2.000 mulheres

A campanha pelos direitos da mulher teve início, no Piauí, com a entrega da Carta das Mulheres aos constituintes do Estado, em ato público no Centro de Convenções de Teresina, no dia 18 de março de 87, com a presença de cerca de 2.000 mulheres, do prefeito municipal, de representante do governador e outros políticos locais. "Foi o maior movimento popular já verificado em Teresina", afirmou o prefeito Wall Ferraz na ocasião. Na opinião de Francineide Pires Pereira, vice-presidente do CPM, "foi uma explosão que despertou, mais ainda, a mulher para lutar não só por seus direitos, mas por uma sociedade mais justa".

Além das reivindicações nacionais, a Carta incluiu também as lutas locais, solicitando assistência médica e odontológica; água potável às comunidades da periferia e da zona rural; berçários, creches e pré-escolares, em tem-

po integral, para os filhos das trabalhadoras; criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e de delegacias femininas; reforma agrária e acesso ao solo urbano, entre outras medidas.

Ainda em março, duas representantes do Conselho Municipal vieram à Brasília, para a entrega, no Congresso Nacional, da Carta das Mulheres aos Constituintes.

As propostas para a nova

Constituição foram detalhadas, seguindo para os constituintes do Estado dentro dos padrões de redação de um texto constitucional, com as reivindicações a nível nacional e estadual. A partir daí, estas reivindicações foram trabalhadas em atividades locais, como o painel "A mulher e as Leis Trabalhistas", e nacionais, através da participação nos encontros e manifestações do movimento social.



A Mulher e o Trabalho Rural - Reunião em um dos setores da zona rural do Município de Jandaia do Sul; a Pres. do CMM falando aos presentes



RIO GRANDE DO NORTE

Conselho Estadual da Mulher

Nosso CEM foi criado em 12.3.1986 e está vinculado à Secretaria para Assuntos do Governo - SPAG. No âmbito estadual está voltado à defesa da mulher, contra qualquer forma de discriminação ou de restrição à plena participação feminina nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais - no setor público e privado.

Atuação com os grupos feministas

Sem dotação orçamentária, o CEM, já na sua primeira gestão, participou com o movimento social de uma política de valorização da mulher. Assim, marcamos o Dia Internacional da Mulher, em 1987 e 1988, com seminários, palestras e mobilização de rua.

Organizar para conquistar direitos

Apoiamos a todos os grupos interessados em participar do movimento feminista no Rio Grande do Norte. A organização ganhou força em diversas comunidades como Ponta Negra, Pirangi do Norte, Canguaretama, Macau, Nova Cruz e Passa e Fica. Procuramos, também, envolver as mulheres jovens indo, semanalmente, às escolas da rede privada no Estado, aos cursos noturnos para conscientização dos direitos da mulher frente à nova Constituição.

Realizamos o Encontro Estadual da Mulher Potiguar, com a

presença da primeira mulher eleita Deputada Estadual, no Brasil, a potiguar Maria do Céu Pereira Fernandes.

Com os movimentos sindicais discutimos as propostas de modificação da CLT no capítulo da proteção ao trabalho da mulher.

Na organização de associação ainda de caráter pré-sindical, que fortalecerá sua categoria, apoiamos às trabalhadoras domésticas.

Produzimos, distribuímos material que auxiliou a levar mais longe o debate sobre a questão da mulher.

Multiplicamos contatos para sensibilizar lideranças políticas para a necessidade de transformar a atual condição de mulher brasileira. Fomos à OAB-RN, ao Conselho de Cultura do Estado, aos meios de comunicação. Buscamos conquistar os votos dos parlamentares da bancada de nosso Estado, na Constituinte, para as reivindicações das mulheres de

nosso país - especialmente licenças-maternidade e paternidade, extensão dos direitos celetistas aos empregados domésticos e igualdade de direitos e obrigações entre homem e mulher.

Levamos adiante nosso trabalho, valorizando toda forma de organização, como Associações de Donas-de-Casa em Natal e Macau - que têm se mobilizado pelo reconhecimento do trabalho efetivo, mantido na invisibilidade, da mulher no âmbito doméstico.



Encontro Estadual de Lavadeiras, RN



Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Natal

Em julho de 1986, dedicamos um dia ao debate dos direitos da mulher na Constituinte, elaborando um documento que foi enviado ao CNDM para compor a Carta das Mulheres. Algumas de nossas 16 propostas: declaração na Constituição, do princípio de igualdade entre os sexos, devendo constar, explicitamente, que

homens e mulheres são iguais perante a lei; igualdade no direito civil, especialmente no que diz respeito aos direitos e deveres do casal, bem como em relação à prole; eliminação do tratamento diferenciado que importe em discriminação no mercado de trabalho; garantia de pleno amparo legal à trabalhadora doméstica; reconhecimento da profissão da

mulher trabalhadora rural, com garantia de pleno amparo legal e igual tratamento perante a Previdência Social e garantia da livre opção das mulheres quanto ao exercício da maternidade, atribuindo-se ao Estado a prestação dos serviços de saúde nas diferentes fases da sua vida.

No mesmo ano, participamos em Brasília da elaboração da Carta das Mulheres, do Congresso Nacional Saúde e Direitos da Mulher e firmamos um termo de compromisso com os candidatos do PMDB do Rio Grande do Norte que se dispuseram a, se eleitos, defender as reivindicações das mulheres na nova Constituição.

Participamos, em 87, da entrega solene da Carta das Mulheres na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte e da entrega da Carta ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em Brasília. Elaboramos e encaminhamos aos Constituintes ofícios solicitando a defesa de documentos das mulheres. Realizamos um Encontro Estadual do qual retira-

mos uma série de propostas, preparatório para o Encontro Nacional "A Mulher e as Leis Trabalhistas".

Já este ano, estivemos reunidas no 2º Encontro dos Conselhos Estaduais, em março, em Brasília, onde foi elaborada uma carta reforçando o pedido de apoio às reivindicações das mulheres, também encaminhada ao Congresso Nacional. Com a ameaça da supressão dos direitos sociais, no 2º turno das votações, participamos do encaminhamento do pedido de manutenção do texto aprovado na Comissão de Sistematização que incluía a licença-maternidade. Juntamente com os Sindicatos das Costureiras, Economistas, Bancários, SIND'ÁGUA, Cimerciários, entre outros, realizamos dois atos públicos em Natal, pela manutenção dos 120 dias para a gestante e licença-paternidade. Estivemos presentes em Brasília, junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, durante as votações do 2º turno da ANC, lutando pela manutenção de nossas conquistas.



RIO GRANDE DO SUL

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

Paula Simas/Agência F4



Situado no extremo meridional do País, o Rio Grande do Sul é a terra de mulheres que inspiraram personagens fortes como Ana Terra e Bibiana. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-RS foi criado em 25.4.86, pelo Decreto 32.227, na gestão do Governador Jair Soares.

Apesar de ser um espaço institucional, quisemos um Conselho representativo do movimento social que, com sua persistência na luta, tem tido papel fundamental no avanço das conquistas femininas.

Nosso Conselho trabalhou, em 1987, contando com a compreensão e apoio da Secretaria da Justiça em favor de nossas propostas na nova Constituição. Ainda está em busca, entretanto, de seu reconhecimento político. Num gesto de afirmação pública da existência da especificidade da questão feminina e da realidade da violência contra a mulher – onde a discriminação se

concentra e se manifesta de forma muito especial – já foram criadas no Estado, Delegacias da Mulher.

Tanto por fazer, tanto por mudar...

Durante o ano de 1987, o Conselho teve intesa participação nos meios de comunicação. Divulgamos as reivindicações postas à Assembléia Nacional Constituinte. Fizemos palestras. Estivemos presentes nas promoções da sociedade civil. Enviamos moções ao Congresso Nacional. Realizamos, com as Centrais Sindicais, o Encontro Estadual "A Mulher e a Legislação Trabalhista", preparatório para o Encontro Nacional, tendo todas as presentes o horizonte da legislação ordinária, próximo momento de trabalho. Marcamos o 8 de março com a prática e a consciência de quem sabe que muito está por fazer, muito há por mudar!



Agência F4



RIO DE JANEIRO

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

Militância e alegria

Com o movimento das mulheres, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro participou do ato público convocado nacionalmente para o dia 20 de abril deste ano. Fomos vestidas de grávidas e fizemos um teatro de rua, com o grupo da atriz e cineasta Dilma Lóes. O ato chamou bastante atenção. Estávamos todas, das mais velhas às mais moças, com "recheios" de almofadas. No teatro, em que participaram os transeuntes (tudo acontecia em frente à Assembléia Legislativa, na Rua 1º de Março), um ator representava um empresário reacionário, que não queria conceder licença às suas funcionárias, mas que, ao mesmo tempo, queria que sua própria mulher ficasse em casa para amamentar seu filho. Dilma Lóes animava a cena, perguntando de chôfre aos homens que passavam: "Você mamou?" Alguns, surpresos, res-

pondiam: "Mamei." E ela: "Gostou?" Eles, constrangidos: "Gostei." Ao que Dilma retrucava: "Então você é a favor da licença de 120 dias para a gestante, não é?" A resposta era sempre sim, sob nossos aplausos.

Foi um grande "rebu", que obteve repercussão na imprensa. E nós também nos divertimos muito, porque é sempre bom aliar a alegria com a militância.

Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, Leis Trabalhistas, Direito

A Drª Rosane Reis, Defensora Pública, assistente da Comissão de Violência do CEDIM-RJ, representou-nos no Encontro Nacional

do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, ocorrido em Brasília no mês de junho de 1988, e no Encontro Estadual, na UERJ, em julho.

O CEDIM fez-se também representar no Encontro Regional da "Mulher e Leis Trabalhistas", ocorrido no Rio de Janeiro, em novembro/87, preparatório para o Encontro Nacional, promovido pelo CNDM. O CEDIM-RJ esteve presente com suas conselheiras Glória Márcia Percinoto, Josefa da Silva, Ana Batista, Clara Araújo e pela Presidente.

Apoiamos, também, ao encontro "A Mulher Trabalhadora e o Direito", convocado pelo Comitê das Mulheres Sindicalistas, grupo que se organizou para dar continuidade aos trabalhos do "Encon-

tro Nacional da Mulher e as Leis Trabalhistas" (em 8 de março de 1988)

Acompanhamos, permanentemente, todo o processo das votações, através do material remetido pelo CNDM. Mandamos telegramas à bancada estadual, no esforço conjunto de pressioná-la a desempenhar, considerando nosso desejo, a representatividade com que a investimos.

Não podia deixar de cumprimentar a equipe do CNDM pelo trabalho eficiente e incansável que fez junto à Constituinte, e que significou para o movimento de mulheres, um apoio inestimável, sem o qual, tenho certeza, não teríamos garantido as conquistas que foram, finalmente, inseridas no texto constitucional.

SÃO PAULO

Conselho Estadual de Condição Feminina

Em articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e diversos Conselhos Estaduais e Municipais, o CECF-SP desenvolveu campanhas, apoiou, promoveu e participou, durante dois anos e meio, do processo Constituinte, na luta pelas conquistas sociais e pela defesa das reivindicações das mulheres brasileiras.

Período pré-Constituinte: "Alerta Mulher!"

A partir de janeiro de 1986, mantivemo-nos especialmente atentas. Nosso Conselho lançou a campanha "Alerta Mulher para a Constituinte". Os objetivos foram, por um lado, incentivar e ampliar o debate sobre a condição feminina, nossas necessidades e desejos, a legislação atual e suas deficiências e, por outro lado, reunir sugestões para elaborar propostas para a nova Constituição. Ao mesmo tempo, nasceu nesse processo e alimentou tudo isso o vídeo produzido então "Constituinte, Alerta Mulher!" Moveu-nos, também, o desejo de estimular candidaturas femininas, comprometidas com as reivindicações das mulheres.

Foi, então, criada a Comissão Constituinte. Composta por mu-



Rememorar algumas atividades dessa fase é gratificante...

Seminários, com a participação de especialistas visando ampliar e unificar informações fundamentais e estudar as propostas de áreas específicas, como creche, saúde, educação, trabalho, família, violência e mulher negra.

lheres corr. desempenho profissional e militância política voltados para a defesa dos direitos femininos, preparou e organizou

O Ato Público de lançamento da campanha foi em 7 de março de 1986. Contou a presença de centenas de mulheres de todo o estado, o prestígio do reconhecimento do Presidente da República e de muitas autoridades.



T.J.O. PER. 30/5, P. 54



A partir daí, a campanha ganha força e chega a entidades femininas, sindicatos, organizações de bairros, instituições públicas, escolas e municípios do interior.

Para levar o debate ao público, elaboramos e distribuimos quinze mil questionários, com a pergunta, que pretendeu provocadora: "Constituinte: qual é sua opinião?"

Organizamos seminários, debates públicos, encontros regionais junto ao movimento sindical, que culminaram com o "1º Encontro Estadual da Trabalhadora pela Constituinte".

Em agosto de 1986, em Brasília, também estivemos presente no Encontro Nacional "Mulher e Constituinte". No mês seguinte, foi a vez do Encontro supra-parti-

dário, na Câmara Municipal de S. Paulo, com as candidatas à Assembléia Nacional Constituinte. Elas tiveram oportunidade de, publicamente apresentar e discutir suas propostas.

Período Constituinte: acompanhar, pressionar

A partir de março de 1987 nosso objetivo pressionar especialmente os constituintes paulistas a aprovarem as reivindicações das mulheres. Para isso, mantivemos contatos com todos eles, enviamos cartas e a publicação "Mulher e Constituinte" - síntese das reivindicações das mulheres, nas diversas áreas. Esse documento foi entregue, também, a todos os deputados estaduais.

Um grupo de cem mulheres paulistas, representando entidades femininas, feministas e sindicais participou, em 26 de março de 1987, da entrega da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, ao Dep. Ulysses Guimarães, Presidente da ANC.

Participamos de debates promovidos por diversas entidades como OAB, Secretarias Municipais, INAM (Instituto Nacional de Alimentação), Sindicato dos Economistas de S. Paulo (junho/88, "Direitos da Mulher Trabalhadora na Nova Constituição").

Na corrente do Dia Nacional de Luta pela Manutenção das Licenças-maternidade e paternidade e da creche - 20 de abril deste ano -, distribuimos cartazes ("Filho não é só da mãe") e realizamos manifestação em frente da

FIESP, com o movimento de mulheres e o movimento sindical. Reuniões preparatórias aconteceram no CECF e na Câmara Municipal. A presidente de nosso Conselho Estadual, nessa oportunidade, discutiu com o presidente da FIESP, a posição dos empresários com relação às reivindicações das trabalhadoras no Anteprojeto Constitucional.

Pela manutenção dos direitos das mulheres no Projeto final, enviamos correspondência às Federações e aos Sindicatos, telegrafamos aos Constituintes antes da votação do 2º turno e, representadas por nossa Presidente e por duas Conselheiras, estivemos no Congresso Nacional no 10 de agosto de 1988, quando foram votadas e aprovadas as licenças maternidade e paternidade.



Conselho Municipal da Condição Feminina de Sorocaba

Criado por Lei em 13 de julho de 1987 pelo prefeito Paulo Francisco Mendes, atuamos através de grupos de trabalho, priorizando as áreas de saúde, educação, creche, trabalho e violência. Órgão da estrutura do Governo Municipal, o Conselho tem por objetivo a definição de uma política que enfrente as várias formas de discriminação a que a mulher é submetida.

No Projeto de Constituição, em que foram incluídas emendas que representam os anseios das mulheres, o CMCF se engajou na luta e na mobilização nacional, feita através do Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher. Lutamos pela ampliação da licença-maternidade para 120 dias, pela licença-paternidade de 8 dias, pelo direito à creche e pré-escola para as crianças de zero a seis anos e pelo reconhecimento de direitos trabalhistas.

Elaboramos um documento, assinado por 53 entidades de classe e sindicatos da cidade e região, encaminhado ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado federal Ulysses Guimarães, com essas solicitações. Desencadeamos campanhas junto às mulheres de bairros, com o objetivo de divulgar nossa luta e participamos de en-

contros com autoridades do Ministério do Trabalho, Secretaria do Trabalho de São Paulo e CIESP, para discutir a discriminação das mulheres nas indústrias, empresas e comércio, com a licença-maternidade de 120 dias. Nessa campanha, o Conselho deu todo o apoio às mulheres, no sentido de denunciarem as empresas que discriminam aos órgãos competentes.

Este foi o trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal da Condição Feminina de Sorocaba no tocante às conquistas das mulheres na Constituinte. Estamos de mãos dadas com todas as mulheres brasileiras que se integram e lutam pelos seus direitos. Foi uma conquista das mulheres - sim - foi uma luta ferrenha - foi - e vamos continuar lutando, brigando e assumindo nosso espaço de igualdade.

Cabe aqui a nós, agora, lembrar do desempenho brilhante das parlamentares mulheres no processo Constituinte. Mulheres de partidos diferentes, regiões diferentes e que, com uma habilidade digna de nota, conseguiram sobrepujar as diferenças e trabalhar em cima da grande convergência: o ser mulher. Como disse a presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo: "São 25 mulheres que, entre 559 constituintes, souberam se colocar, ao longo de toda essa trajetória, acima dos interesses específicos de seus partidos e votar, quase sempre em bloco, na defesa das reivindicações unitárias das mulheres brasileiras. Para alertar que há uma imensa dívida histórica em relação aos trabalhadores e, em especial, às mulheres do nosso país".

De sete a nove de outubro, será realizado o Encontro dos Conselhos do Nordeste, para a organização da luta que começa a ser desenvolvida em torno das constituições estaduais.

A informação é de Zelita Correia, secretária geral do Conselho Municipal da Condição Feminina de Aracaju, que vem participando desde 87 do movimento em defesa dos direitos da mulher na nova Carta, através de palestras, seminários, visitas a associações de moradores, contatos com as constituintes de Sergipe e lobby no Congresso Nacional.

Em março de 87, vários encontros com associações de bairro e grupos da comunidade culminaram com um ato realizado na Legião Brasileira de Assistência, de cuja assembléia foram retiradas

SERGIPE

Conselho Municipal de Condição Feminina de Aracaju

Conselhos do Nordeste iniciam luta pelas constituições estaduais

propostas para a publicação "Palavra de Mulher", com as principais reivindicações das mulheres aos constituintes.

O ponto alto das atividades foi o Dia Nacional de Luta, em 20 de abril de 88. O Conselho de Aracaju realizou reuniões com as as-

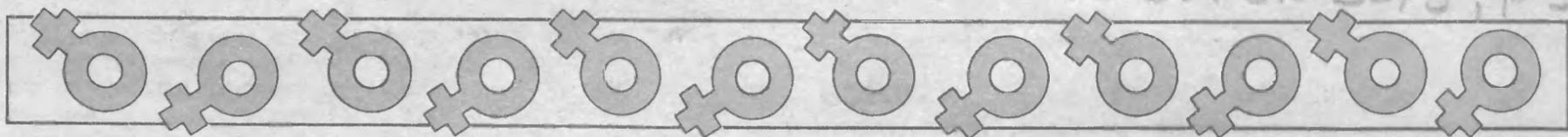
sociações de moradores, lideranças sindicais e a Federação de Mulheres. A presidente da entidade, Iara Viana de Assis falou aos deputados na Assembléia Legislativa, culminando, à noite, com uma grande reunião cívica no saguão da Assembléia, quando foi

distribuída a "Carta Aberta ao Povo de Sergipe". No documento, o Conselho de Aracaju, a Federação das Mulheres de Sergipe, sindicatos das classes trabalhadoras e associações de bairros afirmaram os direitos da mulher, lembrando que a função de reprodução é também social e de cidadania.

Assim, reivindicaram a criação de equipamentos sociais que garantam a guarda dos filhos, creches e pré-escolas; legislações modernas voltadas para a proteção do cidadão criança e da mulher trabalhadora, redução da jornada de trabalho, licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade de 8 dias e o salário-férrias, dirigindo o documento a toda sociedade sergipana, com o objetivo de conscientizar os representantes políticos e constituintes.



Paula Simas/Agência F4



CNDM, 3º ANO



Estamos em festa! O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher completou três anos de existência no dia 29 de agosto. Três anos de vida! A criação do CNDM representa para nós um atestado de reconhecimento... Da legitimidade das reivindicações das mulheres brasileiras. Das múltiplas formas de desigualdade em que somos pressionadas a viver nossa diferença. Da possibilidade de superar essa situação. Da importância do movimento de mulheres.

Desde nossa criação, em 29 de agosto de 1985, pela Lei 7.353, aprovada pelo Congresso Nacional, mantivemos nossa preocupação de apoiar os grupos

autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades. Agora, três anos depois, temos a certeza de estar no caminho certo. Muita coisa de importante tem sido feita. Muito conseguimos no sentido de eliminar as discriminações e garantir a defesa dos direitos femininos.

Nossa atuação durante a elaboração da nova Carta Constitucional, por exemplo, nos deixou gratificadas. De nossas propostas, cerca de 80 por cento foram aprovadas e fazem parte do texto final. Os avanços foram importantes. Temos hoje garantidos os 120 dias de licença-maternidade, a

licença-paternidade, igualdade de salário entre homens e mulheres, creche nas empresas, educação gratuita em creche e pré-escola para as crianças de zero a seis anos, princípio e igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher, igualdade na sociedade conjugal, reconhecimento da união estável como entidade familiar, direito de posse da terra ao homem e à mulher, direitos trabalhistas e previdenciários à empregada doméstica e garantia de mecanismos que coibam a violência doméstica. Nessas conquistas, não estivemos sozinhas. Fomos acompanhadas por todas as mulheres brasileiras, pelas deputadas constituintes que se

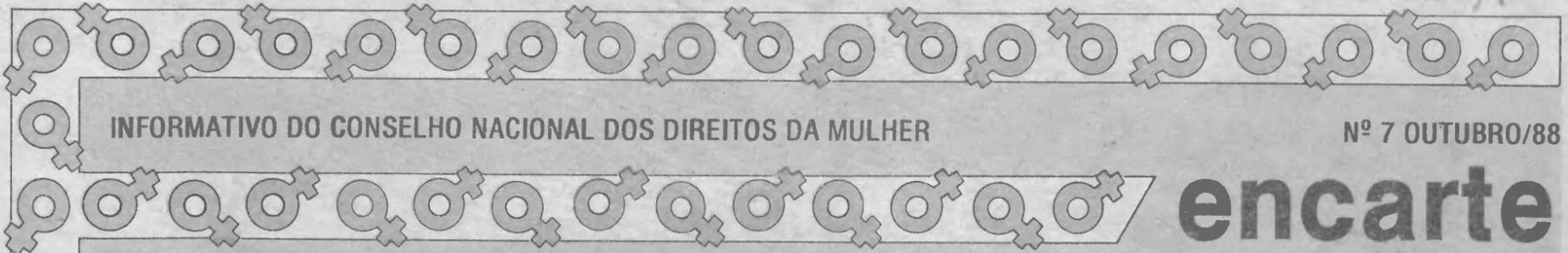
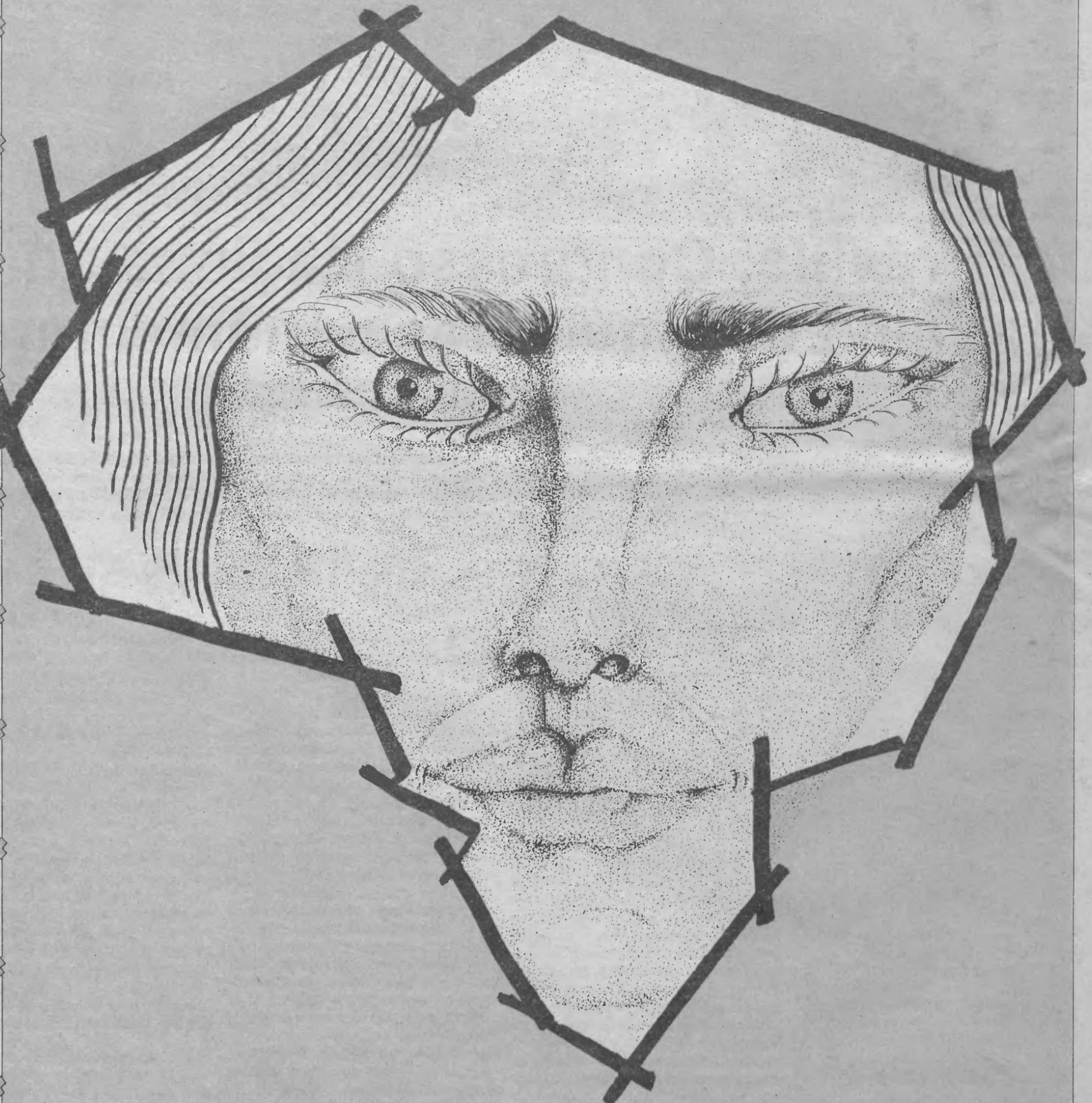
juntaram num bloco apartidário, defendendo as reivindicações femininas. Estivemos todas juntas... Foi muito importante, motivo de festa para nós. Além disso, nestes três anos, abrimos outras frentes. Trabalhando nas áreas de legislação, educação, trabalho, creche, violência, cultura e saúde, denunciávamos as discriminações e fizemos propostas no sentido de mudar a realidade das mulheres. Realizamos importantes eventos e campanhas, acreditamos que vamos caminhando para nosso objetivo. O saldo é bastante positivo. Por isso, comemoramos nosso aniversário. Felizmente, temos muito que comemorar... A festa também é sua...

TJ.O.PER. 30/5, P 17

INFORMATIVO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Nº 7 OUTUBRO/88

encarte





Brasília, Congresso Nacional: o trabalho das mulheres parlamentares

Elas são menos de 5% na Assembléia Constituinte, mas tiveram uma atuação decisiva para a incorporação de mais de 80% das reivindicações históricas do movimento de mulheres ao texto final da nova Constituição. Apesar de porcentualmente ainda sermos poucas, nunca fomos tantas, em números absolutos: vinte e cinco.

Para uma memória da presença de nossas deputadas, convidamos cada uma delas a encaminhar-nos um registro da experiência

vivida no processo constituinte. Às parlamentares, nossa certeza de continuar contando com a representatividade que detêm no parlamento, para que, brevemente, seja saldada a dívida histórica do país para com a mulher brasileira.

Às parlamentares, nossa renovada disposição de diálogo e apoio. Alegremo-nos! Pelo processo que nos ensinou muito. Pelos resultados que abrem possibilidades novas de luta, por uma situação de maior dignidade para a mulher nesta sociedade.



Maria Lúcia Araújo

Vinte anos depois, Deputada Constituinte

Eleita Deputada Federal Constituinte em 1986, após ter sido cassada em 1968, voltei ao cenário político em um privilegiado momento nacional. Confesso-me representante não só das mulheres, mas de todo um segmento marginalizado da população brasileira. Esta marginalização de que falo, ocorre duas vezes no estado que me dignificou com dois mandatos – o Acre. Lá sofremos as conseqüências da longa crise nacional e o agravamento de tudo, por problemas de localização geográfica, acesso rodoviário impraticável, que acentuam a baixa condição de vida dos seus habitantes.

Frentes de Trabalho: família, educação, cultura

Como reflexo do propósito mantido a longo de minha vida pública, e sobre o

qual firmei meus compromissos eleitorais, destaco, como pontos em que mais fixei minha atuação na Assembléia Nacional Constituinte, a proteção à família e ao binômio educação e cultura. Já nos trabalhos preliminares participei como titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, que integrava a Comissão da Ordem Social.

Durante todo o procedimento de elaboração de nossa lei maior – apresentando projetos, encaminhando emendas – procurei sempre defender idéias que visavam maior integração da comunidade nacional e que viabilizassem o crescimento, a valorização da educação e da cultura, como agentes transformadores da sociedade.

No ritmo dos debates e votações, sempre me orientei, com lógica na minha representatividade, pelos segmentos que me elegeram. Consultava-os. Buscava assumir posicionamentos com a medição de associações e sindicatos.

No decorrer de dois anos, lutei por ideais – que, na realidade, são os motores da humanidade. A luta das mulheres por terem voz, pelo direito de exporem e defenderem seus pontos de vista, nem

sempre tem o apoio da maioria. Os acordos, as brigas de interesse, o cansaço, as horas longe da família e, muitas vezes, a decepção diante de um resultado negativo existiram, como em qualquer Assembléia. Um dos momentos de maior pressão, vividos por mim, foi na votação da anistia aos microempresários.

Houve, também, encontros, divergências, debates, alegrias. Como as alegrias de ver a mulher do campo ter reconhecido o direito ao título de terra e a família – mesmo quando não constituída através do casamento civil – resguardada e protegida, e a alegria de participar, depois de um longo período calada e cassada, politicamente inexistente para os destinos de meu país.

Base para mudanças

Acredito na Constituinte não como solução para todos os nossos problemas, mas como a base sobre a qual verdadeiras mudanças poderão acontecer em nossa Nação. Foi preciso regular valores, sobre os quais teremos condições de erguer política, econômica, social e culturalmente nossa sociedade, para que toda população possa viver com o padrão compatível de uma oitava economia mundial.



amapá



Raquel Capiberibe

Eu tenho muita clareza do momento histórico que estamos construindo. Antes que um privilégio, ter participado do Congresso Constituinte representa para mim um difícil exercício de sensibilidade e responsabilidade para prescrutar os anseios dos meus concidadãos e defendê-los para além dos meus próprios desejos e modo de pensar. Este foi sem dúvida um difícil aprendizado.

Eu gostaria, no entanto, de começar este meu breve depoimento com uma consideração que eu reputo da maior importância dentro da questão feminista.

Eu sempre me indaguei a propósito do espaço feminino. Será a questão no sentido de se conquistar um espaço feminino no mundo masculino ou encontrar o espaço feminino, uma visão feminina própria do mundo, a partir da maternidade, por exemplo?

Eu penso que quando se entende a questão pelo ângulo da apropriação do todo ou da parte da concepção masculina do mundo, os desdobramentos são no máximo a reforma; a sujeição de um ao outro; o embate; a polêmica estéril e empobrecedora; a reprodução, enfim, do condenável.

E eu penso ainda que a busca de privilégios femininos no mundo masculino, que tive, por vezes, que compactuar no processo constituinte como, por exemplo, a aposentadoria diferenciada a partir da condição de sexo e não de categoria de trabalho, é fruto desta visão.



O ângulo da descoberta da visão feminina do mundo não exclui a cosmovisão masculina, incompleta por certo, mas adiciona, a esta compreensão, os elementos da cosmovisão feminina que se permanecesse isolada estaria, igualmente, incompleta.

É esta tarefa que eu entendo exclusiva das mulheres: formular a sua visão e somá-la.

Um Congresso Constituinte não é o lugar mais próprio para a especulação de ordem conceitual mas é, certamente, o momento de se assegurar direitos para mulheres e homens dentro da visão feminina do mundo, como por exemplo, a licença-paternidade (que a visão mascu-

linista saudou com chacota). E este direito para os homens é mais revolucionário dentro do aspecto formal da visão feminina do que todos os privilégios que pudéssemos conquistar para as mulheres no espaço masculino.

Eu penso que o problema da discriminação das mulheres não tem uma única fonte: a sua condição sexual. O subjugado das mulheres parece também a reprodução das relações trabalhistas dos homens subjugados.

Eu sempre me identifiquei com temas que tradicionalmente são abordados pelos homens, como a reforma agrária e a mineralogia, por exemplo. Foi certamente confortador encontrar dentro da luta do espaço fundiário, mulheres cujo papel e ação foram determinantes para o avanço das posições e, vejam, sem a discriminação dos companheiros. Há no campo, por certo, um entendimento também singular da questão homem X mulher que busca a equiparação dos comportamentos e isto importa. Mas eu me arriscaria a dizer que a questão do feminismo no meio rural difere dos movimentos feministas urbanos exatamente pelo entendimento global da questão do subjugado e que por isto mesmo as mulheres da urbs têm muito o que aprender com aquelas.

As funções parecerão acidentais e passíveis de re-alinhamento se conse-

guirmos ultrapassar, com maturidade, a simples competição que apequena a luta.

Eu não diria que neste aspecto nós não avançamos ou não conseguimos uma melhor performance da cidadania feminina no texto constitucional, mas ouso afirmar que muitas questões que não consigo formular com laboriosas e dedicadas companheiras em campanha eleitoral que me trouxe ao Congresso Constituinte, permaneceram inconclusos e carentes de explicitação, já na Constituinte, com prejuízos para maiores conquistas. Mas sei também que este processo constituinte, que envolveu milhares de mobilizações populares e que também se expandiu, muito fortemente, para o campo das lutas femininas, com grande responsabilidade do Conselho Nacional da Mulher, tem tal vitalidade que não se esgotará com a promulgação da Carta Magna. Pelo contrário, ele tem o seu próprio motor e crescerá para o benefício da democracia.

Encerro esta tarefa de participar da confecção da Carta brasileira mais rica na arte de ouvir e mais confiante e esperançosa na capacidade de organização da sociedade brasileira. Organização que é o próprio caminho de emancipação de mulheres e homens subjugados; conquista de cidadania de mulheres e homens discriminados.

amazonas



Eunice Michilles

Adirp

Minhas principais preocupações ficaram a nível da família, do idoso, do menor. Af localizam-se os problemas substantivos de nossa sociedade. Na Subcomissão correspondente, esses temas foram encarados de frente, com realismo. Mesmo abrigando correntes de pensamento muito conservadoras, entendo que o texto saiu a contento, graças inclusive, à participação de diversos setores da sociedade que trouxeram valiosa contribuição especialmente sobre divórcio, menor carante e abandonado, deficientes, aborto.

Emendas

Apresentei 84 Emendas, das quais 26 tiveram parecer favorável do relator. Indicarei, aqui, aquelas que considero principais, lamentando outras que não conseguiram aprovação. Na instância das Leis Ordinárias, voltarei a tentar.

- Proteção do Estado à família, constituída ou não pelo casamento.
- Igualdade de direitos do homem e da mulher na condução da sociedade conjugal.
- Não limitação do número de divórcios.
- Planejamento familiar, não só como direito inalienável do casal, mas como dever do Estado de prover informações e os meios para o exercício desse direito.

- Habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências físicas, para que possam viver com dignidade dentro de suas limitações.
- Isenção de tributos para equipamentos ou pesquisas que visem o deficiente físico.
- Ônus, para o Estado, de um salário mínimo para os deficientes impedidos de ganhar a vida por seus próprios meios.
- Necessidade de uma política social para o idoso, já que a expectativa de vida do brasileiro vem crescendo consideravelmente.
- Subsídio para a compra de medicamentos e gêneros alimentícios de primeira necessidade para família com renda abaixo de três salários mínimos.
- Aposentadoria de acordo com as peculiaridades regionais - mais cedo nos Estados onde a expectativa de vida é menor (morre-se dez anos mais cedo nos Estados do Nordeste do que nos Estados do Sul).
- Proventos da aposentadoria de acordo com os trabalhadores em atividade.
- Adoção de menores por pessoas solteiras, com condições para isso.
- Obrigatoriedade de trabalho para o prisioneiro, como condição indispensável a sua reabilitação.
- Serviço social para moças de 18 anos, a exemplo do serviço militar para os



rapazes, com vistas a um grande esforço para vencer o problema do menor abandonado, sem dúvida, nossa maior chaga social.

- Fora desses termos, apresentei emendas sobre liberdade de culto, ecologia, informatização da apuração das eleições ao menos nas capitais, e sobre criação de novos Municípios, de acordo com normas criadas pelas Assembleias Legislativas de cada Estado.

Emoções

Confesso que experimentei decepções quando os Relatores das Comissões Temáticas torciam o resultado e

o texto das subcomissões. Seu trabalho deveria limitar-se a relatar fielmente o resultado das diversas subcomissões. Outro motivo de decepção foram os **votos demagógicos**, que visavam a platéia ou as próximas eleições, sem preocupação com os destinos do País.

As alegrias ficaram por conta do dever cumprido, neste momento histórico do Brasil e da esperança de que a nova Constituição seja um instrumento capaz de diminuir as injustiças sociais e de trazer um pouco mais de felicidade ao povo brasileiro.

Minha admiração à capacidade de trabalho do Relator Bernardo Cabral e à capacidade de trabalho e comando do Presidente Ulysses Guimarães.



Beth Azize

Por que somos 25?

A eleição de vinte e cinco mulheres para a Assembléia Nacional Constituinte, composta pelo universo de 559 brasileiros, não pode significar grande avanço, como querem alguns. Foi, ainda, uma demonstração evidente da falta de confiança do eleitorado brasileiro na mulher. Essa atitude é provocada pelo comportamento segregacionista e discriminatório dos partidos políticos que, depois da família, são os organismos que mais discriminam a mulher, com carapuça e discursos de enganagem.

Por outro lado, não se pode advogar a causa falsa de que toda mulher deve ter a confiança do povo, para legislar em seu nome. Não é assim. A prática mostra que existem mulheres mais propensas à discriminação que todo um congresso de homens. A escolha, portanto, deve ser seletiva e cuidadosa.

O caminho no labirinto

Com o desejo de vencer todos os empecilhos de um Congresso de homens, habituados a comandar e a decidir em nome de todos, cheguei, desorientada e tímida, à Constituinte. Menos pelo tempo de vida parlamentar, como deputada estadual e vereadora em meu Estado, o Amazonas, mais pela dificuldade de descobrir, no labirinto da vida congressual, o melhor caminho para chegar, com acerto, à formulação das propostas que seriam transformadas em dispositivos da nova Constituição brasileira.

A primeira ida à tribuna foi um teste horrível. Um julgamento coletivo cruel. Parecia que estava sendo acusada de

crime grave. Os olhares postos a indagar e a querer adivinhar o sentimento mais íntimo, a emoção escondida. Depois, soube que muitos homens sentiram o mesmo medo, o mesmo nervosismo, ao assomarem nas primeiras vezes à tribuna da Constituinte.

As dificuldades, a falta de informação, o individualismo que dominava o ambiente, em seu começo de atividade, propiciaram uma marcha mais vigorosa, em busca de meu próprio espaço. Errei muitas portas, entrei em salas e auditórios, por puro desconhecimento, os corredores eram mais longos e aumentavam as distâncias. Muitas de nós fizemos caminho semelhante e chegamos, ao plenário das decisões. E começou a luta para doutrinar constituintes que separavam a questão nacional da questão da mulher, como se não fôssemos parte da Nação.

"Eu vim para fazer a Constituição. E fiz."

Nas Comissões Temáticas, que analisavam as propostas da sociedade brasileira e dos partidos políticos, que seriam transformadas em dispositivos constitucionais, já foi possível mostrar que eu não estava para brincar, nem para homologar uma carta constitucional. Eu vim para fazer a Constituição. E fiz.

Única parlamentar eleita pelo Partido Socialista Brasileiro, amarguei, por muito tempo, a solidão partidária. Dividia-me em muitas, para estar presente em todas as reuniões, entendimentos, debates e decisões, a fim de não deixar o partido fora do processo constitucional. Como "prêmio", ganhei da direção do Partido

uma expulsão branca. Eu havia ultrapassado a fronteira do Partido. Eu era muito mais que a sigla partidária.

"A condição das mulheres Constituintes"

Dispersas em partidos de orientação ideológica diferente, as constituintes, com raras exceções, só aqui e ali se encontravam falando a mesma linguagem e buscando o mesmo fim: defender os direitos da mulher, com a mesma força com que se defendia os direitos dos trabalhadores, da sociedade brasileira. Buscava-se transmitir a força da idéia de que os princípios teriam que ser os mesmos. A nação brasileira não poderia mais ser diferenciada entre homens e mulheres. As questões específicas da mulher só poderiam ser entendidas se conseguíssemos constitucionalizar o princípio maior e geral: eliminar qualquer forma de discriminação.

É difícil separar a questão da mulher brasileira das grandes questões nacionais que motivaram a sociedade, reuniram gente de todo o país, promoveram as mais fortes discussões e debates. De tão conturbada, a vida do país se confunde com a discriminação à mulher, com a permanência do pátrio poder, com a famigerada figura do cabeça do casal, com a autorização do marido à mulher para praticar os mais comecinhos atos da vida civil e com a discriminação em razão de sexo.

Houve uma força especial no processo da Constituinte, que foram as pressões do povo brasileiro, dos grupos organizados. Conquistávamos o apoio de todos que queriam uma sociedade sadia, sem diferenças, com os direitos de cada cidadão resguardados pelo princípio de igualdade.



Visões e cheiros

Quando se precisou especificar direitos, foram necessárias muita discussão e habilidade. Foi difícil, por exemplo, a questão da aposentadoria proporcional ao homem e à mulher. Chegou-se quase ao retrocesso, ao ontem, quando, para não ceder à aposentadoria proporcional da mulher, eliminou-se a aposentadoria proporcional do homem, garantida na legislação brasileira desde 1923. Essa foi minha grande bandeira. A princípio, lutei pela aposentadoria integral da mulher aos 25 anos e do homem aos 30. Somos um povo que nasce mal, vive mal e, por isso, morre cedo. As reações eram cada vez mais fortes à aposentadoria integral. Da tribuna, já sem nervosismo e dominando as emoções mais fortes, convenci o plenário à aposentadoria proporcional, no 1º turno.

Vale um registro: no início, nossas pernas e nossas roupas eram mais observadas do que qualquer coisa. Muitos preocupavam-se mais com o cheiro do nosso perfume, do que com o cheiro da nossa responsabilidade. No último dia de votação, continuávamos perfumadas, mas o cheiro que dominava o plenário era o da nossa força de luta, das nossas conquistas. Como força viva da Nação, nosso suor transformou-se em motivo de admiração e respeito.

Como parlamentar e representante do povo amazonense na Assembléia Nacional Constituinte, vivi momentos de extrema alegria e desencantos.

Ainda na primeira fase de elaboração da nova carta magna, senti que a demora na conclusão dos trabalhos iria parar completamente o país, como efetivamente parou. O povo brasileiro aguardava, cheio de esperanças, a promulgação da constituição e a morosidade com que se desenvolviam os trabalhos me causava extrema angústia. Era necessária uma dedicação exclusiva de todos os parlamentares, para que pudessem atender às expectativas do povo brasileiro no menor espaço de tempo possível. Sempre defendi a necessidade de uma carta sintética e concisa, embasada exclusivamente em nossa realidade brasileira, sem importar usos e costumes de outros países.

Durante os trabalhos, apresentei sugestões e emendas que somam cerca de duzentas propostas, todas voltadas para o interesse da preservação do estado democrático, das instituições e, acima de tudo, em proveito da qualidade de vida dos brasileiros e em especial da gente sofrida da Amazônia.

Bandeiras

Minha maior bandeira foi, sem dúvida, a aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho. Abracei o ideal com ardor e insistência e me senti gratificada. E emocionada ao ver no painel eletrônico a

Sadie Hauache



aprovação da aposentadoria proporcional para a mulher após 25 anos de atividade.

Coloco como momentos decisivos a votação da aposentadoria para a mulher aos 25 anos e a votação do mandato do presidente da República. Entendo que a constituição em vigor garante ao atual presidente um mandato que não pode ser reduzido, sob pena de desrespeito a uma norma constitucional. A indefinição e demora na votação criaram uma intranquilidade nacional; felizmente prevaleceram o bom senso e o equilíbrio.

Fiquei desapontada com a não aprovação da emenda relativa à pena de morte para crimes bárbaros, mas respeito o entendimento da maioria dos colegas parlamentares. Porém, quando vejo famílias massacradas por delinquentes e toda uma população intranquila nas ruas e em seus lares penso que perdemos uma oportunidade de reduzir o índice de violência no país.

No mais, sinto-me realizada ao ver mais da metade de minhas emendas e sugestões aprovadas e inseridas na nova carta.

Ressalto que atuei na elaboração da nova constituição consciente da enorme responsabilidade de representar o povo do Amazonas e da necessidade de dotar o país dos instrumentos adequados para a realização das inadiáveis transformações que possibilitarão, sem dúvida, uma melhoria de vida para todos os brasileiros. Ao fim de tudo, posso dizer com convicção absoluta: valeu a pena.

TJ.D.PER.30/5, p.20



Abigail Feitosa

sociedade brasileira. Suas representações passavam pelos corredores, gabinetes e plenário da Constituinte, trazendo suas reivindicações.

Trabalhadores do campo e da cidade, mulheres e jovens deram as maiores alegrias. Senti que nosso povo já tem o mínimo de organicidade na defesa dos seus direitos.

Convivi com colegas parlamentares que, na prática, assumiram os compromissos estabelecidos nos palanques. Tenho por eles o maior respeito e admiração. Por outro lado, convivi também com os que enganaram seus eleitores. Esses, por serem traidores, têm minha repugnância.

Causas específicas e gerais

Na condição de mulher me senti gratificada com a aprovação da licença de 120 dias para a gestante, a licença paternidade e supressão de uma série de normas que discriminavam a mulher, na Carta outorgada pela Ditadura.

Devo considerar, como cidadã, que fui responsável pela aprovação do direito irrestrito de greve dos trabalhadores, o direito de sindicalização, o direito do povo e a obrigação do Estado de prestar os

serviços de saúde, o direito dos índios, a preservação das riquezas do sub-solo brasileiro da sanha das multinacionais. Estas conquistas me deram profundas satisfações e, por isto, fui considerada pelo DIAP como Constituinte nota dez.

Tive também momentos de frustração e desilusão quando não vi aprovada a Reforma Agrária, a aposentadoria para toda e qualquer mulher aos 25 anos de trabalho devido a dupla jornada, a estabilidade no emprego, as 40 horas de jornada de trabalho semanal, as eleições diretas para Presidente da República em 1988 e, conseqüentemente, a redução do mandato do Sr. Sarney.

Considero que, no frigidar dos ovos, a nova Constituição ainda não satisfaz os sonhos dos brasileiros. Tivemos avanços no campo social e dos direitos individuais, especialmente o direitos conquistados pelas domésticas.

Continuarei lutando, com os colegas que acreditam no programa social, para termos um dia um Brasil socialmente justo, onde não haja espaço para a miséria e a exploração do homem pelo homem. Isto só será possível quando construirmos o socialismo

Este é meu depoimento, que retrata minha luta em defesa do povo oprimido e das mulheres.

Sou médica há trinta anos, mulher e Deputada Federal pelo PSB baiano.

Cheguei com a expectativa de que nossa Constituição estabelecesse normas considerando os interesses das mulheres e dos trabalhadores de nossa Pátria.

Quero, neste depoimento, registrar a vivência de minhas maiores alegrias e

angústias, durante o período da elaboração da Constituição.

Uma Sociedade que se organiza

Acompanhei, com enorme júbilo, a presença dos setores organizados da

Lídice da Mata

Além de importantes conquistas sociais e da ampliação dos direitos e garantias individuais, o final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte registrou outra significativa vitória: a afirmação das 25 mulheres constituintes, como uma força política e social combativa e respeitada.

No início dos trabalhos, a presença da bancada feminina entre os 559 constituintes foi destacada pela imprensa com grande alarde. Esse destaque, no entanto, sempre procurava enfatizar uma imagem folclórica da presença feminina, no mundo masculino da política. Os jornais davam destaque para a elegância de tal deputada, a beleza de outra, eleita a "musa" da Constituinte e assim por diante, como se a mulher fosse um ser estranho àquele ambiente. Pouco a pouco, no entanto, nossa bancada foi se articulando, foi participando ativamente dos trabalhos e do processo constituinte, defendendo não apenas as teses de interesse nacionais. E, graças à nossa própria atuação, reviramos a imagem folclórica inicial e colocamos a mulher como um ser político, em pé de igualdade com os homens. Com o mesmo voto, os mesmos direitos e os mesmos deveres. As 25 mulheres constituintes acabaram se impondo como políticas e se afirmando como uma força social. Essa foi uma vitória específica das mulheres que se refletiu na aprovação de importantes conquistas, como a licença maternidade

de 120 dias, a licença paternidade, os direitos trabalhistas para a empregada doméstica e o direito à assistência gratuita em creches e pré-escolas para seus filhos, entre outras. Essas foram vitórias efetivas, conseqüência direta da afirmação da bancada feminina dentro da Constituinte.

A mulher na história contemporânea do Brasil

Participar desse processo de afirmação da mulher como ser político e de afirmação da soberania do povo brasileiro, foi uma experiência inesquecível. Como mulher, como jovem e como comunista sabia das barreiras, das dificuldades e dos preconceitos que iria enfrentar. Em nenhum momento vacilei ou sucumbi diante da pressão e da força dos conservadores. Seguindo sempre a orientação da bancada do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, defendi com ardor as propostas que considerava justas e corretas para a construção de um país efetivamente livre e democrático: reforma agrária, parlamentarismo, direitos sociais, alteração do papel constitucional das forças armadas, educação pública, laica e gratuita, entre outras. No terreno das propostas de interesse dos movimentos femininos, apresentei uma proposta constitucional de inclusão de um capítulo específico sobre os direitos da mulher, no entendimento de que era ne-



Valdeir Argollo

cessário abordar as questões relativas aos direitos e à saúde da mulher separadamente. A proposta não foi aceita, mas continuei apresentando emendas sobre os principais pontos, como a legalização do aborto, a garantia ao planejamento familiar e a proteção à saúde da mulher gestante, entre outras.

A aprovação dessas e de outras conquistas específicas das mulheres e de significativos avanços obtidos no terreno dos direitos e das garantias individuais, nos direitos sociais, nos capítulos da educação, meio-ambiente e Índio, entre

outros, foram, em parte, conseqüência de nosso trabalho.

Nossa principal vitória, enquanto mulheres, foi a nossa afirmação como cidadãs, conquistando o direito de decidir em pé de igualdade com os homens, as grandes questões nacionais. Discutir e decidir sobre os direitos individuais e coletivos, sobre a organização política, o sistema de governo, a estrutura agrária, a política urbana e todas as outras questões. Com isso, resgatamos a presença da mulher na História política do Brasil.



ceará

Moema São Tiago



Única representante feminina da bancada cearense, mestre em Sociologia, vivo meu primeiro mandato. Na Constituinte, estive vinculada à Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Durante todo o processo de trabalho, encaminhei 67 emendas: 45 na primeira fase, 14 à Comissão de Sistematização e 8, já na última etapa, quando o plenário votou em 1º e 2º turnos, o texto final do projeto de nossa Constituição.

A palavra e as lutas de Moema

Concentrei boa parte de minha energia à questão da mulher. Por isso, 45 das propostas iniciais que apresentei, 19 referem-se aos direitos e garantias individuais e sociais da mulher brasileira. Acho válido lembrar-las...

- * igualdade de direitos entre homens e mulheres, ao pleno exercício da cidadania
- * igualdade de todos perante a lei, que punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos (a emenda detalha os casos de discriminação)
- * igualdade de benefícios concedidos aos presos, do sexo masculino e feminino, e condições próprias à mulher presidiária, inclusive para o aleitamento materno
- * considera atividade econômica atípica aquela realizada no recesso do lar
- * a ordem social tem por fim realizar a justiça social, com base nos princípios da função social da maternidade e igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural
- * proteção aos trabalhadores (incluindo a proibição de diferença de salário, por motivos, entre outros, de sexo; garantia de creches, nas empresas; descanso remunerado à gestante; participação nos lucros e segurança contra despedida sem justo motivo)
- * direitos de todos à seguridade social
- * dever do Estado assegurar a seguridade social na proteção à maternidade e à gestante e aposentadoria às donas de casa
- * direitos previdenciários aos trabalhadores rurais e domésticos
- * assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais
- * assegurados a todos, o direito à saúde
- * competência do Estado de prestar assistência integral e gratuita à saúde da mulher; garantir a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de filhos; assegurar o acesso à educação, à informação e aos métodos adequados de regulação da fertilidade e fiscalizar e controlar as pesquisas e experi-

- mentação desenvolvidas no ser humano
- * proteção do Estado à família, assegurando-lhe assistência e criando mecanismos para coibir a violência nas relações familiares
- * homem e mulher têm plena igualdade de direitos e deveres no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação de domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal (determina, ainda, que filhos nascidos dentro ou fora do casamento terão iguais direitos)
- * educação como direito de todos e dever do Estado
- * a educação obedecerá aos princípios de igualdade entre homens e mulheres, repúdio às formas de racismo, respeito à natureza do trabalho, desenvolvimento nacional, convivência pacífica entre os povos e pluralismo cultural do povo brasileiro
- * assegura a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes
- * o Estado promoverá criação de rede nacional de assistência materno-infantil e de rede nacional de creche, para crianças de 0 a 6 anos
- * os menores terão direito à proteção do Estado, com total amparo na alimentação, educação e saúde.

Nós, mulheres, na condição de cidadãs, precisamos nos pronunciar sobre **todas** as áreas da vida social. Encaminhei, por isso, sugestões relativas a Justiça do Trabalho, deficientes, imposto de renda, aposentadoria, anistia às prefeituras, defesa dos mutuários, situação do Nordeste, necessidade de mudança na sistemática do Poder Executivo e a criação de unidades do poder local, questão dos estrangeiros.

No dia 8 de março ocupei a tribuna em favor da luta das mulheres brasileiras, que sempre estiveram presentes na defesa da democracia. Lembrei a escrava Zeferina, Olga Benário, Jane Boroni, Ana Maria Naci Movic, Sônia Moraes. A marginalização da mulher em nossa sociedade é um fato. Ainda que representemos 54% da população e 52% dos eleitores brasileiros, somos apenas 4,3% na ANC.

"Sabemos, todas nós, que as mulheres brasileiras só terão vez, em uma nova ordem, mais justa e mais democrática."



Naquele dia, homenageei toda bancada feminina na Constituinte. É uma questão de justiça, reconhecer o alto nível de participação das mulheres parlamentares, o posicionamento majoritariamente progressista e o entendimento de que a luta das mulheres é supra-partidária, vai além das agremiações políticas.

Derrota e vitórias

Que avaliação faço hoje, ao final dos trabalhos?

Considero a maior derrota a não implantação do sistema parlamentarista de governo. Representaria, não tenho dúvida, um avanço democrático para o país. Contrariando a vontade da maioria do povo brasileiro, a não aprovação do Parlamentarismo trouxe a fixação do mandato do atual Presidente da República, em cinco anos.

Para mim, outra grave derrota foi a Reforma Agrária. Os dispositivos aprovados não vão permitir a implantação da reforma exigida pelos trabalhadores do campo.

Por outro lado, devemos reconhecer que as conquistas dos setores progressistas foram largas. Destaco a licença-maternidade de 120 dias, a licença-paternidade, o aviso prévio proporcional, férias remuneradas em 1/3 do salário normal, horas extras em dobro, mandato de injunção, mandato de segurança coletiva, Reforma Tributária.

Um momento maior nesta ANC foi quando seu Presidente segurou o golpe no peito, firmando a soberania. As palavras de Ulysses impediram o avanço das forças reacionárias e golpistas que pretendiam inviabilizar a Assembleia Nacional Constituinte, tentando mesmo zerar todos os trabalhos.

Fazendo um balanço, acredito que a Nova Carta é a melhor que o país já teve.



distrito federal

Márcia Kubistcheck



Fui destacada para a Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte. Nessa fase, apresentei as seguintes sugestões:

- * criar, na área da Cultura, Órgão destinado ao ensino profissionalizante das artes, à formação técnica e orientada ao artista brasileiro.
- * proibir à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, instituição de imposto sobre livro, jornal, revistas e periódicos, bem como, sobre o papel.
- * considerar as atividades físicas sistematizadas, os jogos recreativos e os desportos, como direito de todos os cidadãos e dever do Estado.
- * assegurar, aos contribuintes do imposto de renda, a redução integral das despesas de natureza cultural ou educacional.

Encerrada a fase das subcomissões, tornei a representar muitas dessas propostas como emendas, não só em minha Comissão Temática – da Família, Educação, Cultura, Esporte, Ciência, Tecnologia e Comunicação – como, também, na Comissão de Organização do Estado, onde era tratado o problema da autonomia do Distrito Federal.

Apresentei as seguintes emendas:

- * dando amplos incentivos ao desenvolvimento da educação, cultura, ciência e pesquisa, em geral;
- * concedendo auxílio do poder público às escolas comunitárias filantrópicas ou confessionais;

- * concedendo aposentadoria aos 40 anos de idade e 25 de atividade comprovada na carreira, ao artista bailarino;
- * declarando livre a prática do jogo de azar, com os recursos obtidos revertidos em benefício da educação e cultura;
- * ampliando para 24 o número de Deputados Distritais do Distrito Federal, fixado inicialmente em 18;
- * determinando que os proventos de aposentadoria e pensões sejam reajustados na mesma proporção e na mesma época dos reajustes concedidos ao pessoal em atividade;
- * proibindo atividades de intermediação remunerada da mão-de-obra permanente;
- * estendendo aos trabalhadores domésticos, os direitos previstos no artigo 7º;
- * assegurando ao inativo a isenção do pagamento do imposto de renda, quando sua renda seja unicamente resultante da sua condição de aposentado;
- * instituindo a Região Integrada do Planalto Central, para beneficiar às populações do entorno do Distrito Federal.

Como muitas dessas emendas foram simplesmente ignoradas pela Comissão de Sistematização, os Constituintes re-

solveram formar um bloco parlamentar conhecido como "Centrão", a fim de mudando o regimento Interno, terem o direito de reapresentar as emendas rejeitadas pela Comissão – o que foi feito.

A elaboração da nova Constituição Brasileira foi uma lição de democracia, onde o povo pode opinar e participar. Sinto-me profundamente recompensada com o apoio que tive de minhas bases, no encaminhamento de suas reivindicações.

Com as demais companheiras Constituintes, procurei sempre aprovar as reivindicações dos movimentos em defesa dos direitos da Mulher. Creio que, em grande parte, isso foi conseguido.

Decepção e alegria

A decepção que tive foi extra-constituinte, por minorias radicais aqui no Distrito Federal, tentarem denegrir meu nome, taxando-me de traidora do povo, alegando que eu votaria contra as aspirações populares.

É bom lembrar... Votei pela licença-maternidade, pela licença-paternidade, pela melhoria dos aposentados, pela estabilidade dos servidores públicos, pelos ex-combatentes, pela reserva de merca-

do na informática, contra a segregação social, pela anistia aos micro-empresários e pequenos produtores, pela autonomia do Distrito Federal e com inúmeras outras emendas em benefício do povo.

Em compensação, tive uma imensa alegria quando assisti o Plenário, já em plena madrugada do dia 2 de setembro, aprovar as duas últimas emendas à Constituição, ambas de minha autoria: a que permite ao Presidente da República indicar o Governador e o Vice-governador do Distrito Federal, enquanto não forem realizadas as eleições de 1990, e a que dá ao Senado, nesse período, a competência para legislar em nome da Câmara Distrital a ser eleita. Sem essas duas emendas, o Distrito Federal ficaria ingovernável até que se realizassem as eleições de novembro de 1990.



Maria de Lourdes Abadia



Adirp

ganhar aplausos das galerias. Foi uma pensa! Seria melhor se os constituintes fossem eleitos apenas para elaboração da Carta, com liberdade e soberania.

A interferência do Palácio do Planalto comprometeu muito nossos trabalhos. Veja o tempo que gastamos nas questões do mandato do atual Presidente e o Sistema de Governo! Será que o Presidente Tancredo Neves agiria de mesma forma? Embora alguns criticassem a demora da elaboração da Carta, acredito que não gastamos tanto tempo assim. É bom lembrar que partimos do nada e a discussão foi salutar e necessária.

Brasília, a experiência do primeiro mandato

Para mim, deputada de primeiro mandato, foi muito bom participar deste momento histórico. Aprendi muito.

Registro alguns momentos fantásticos que vivenciei na Assembléia Nacional Constituinte... A presença dos Índios enfeitados de penas e plumas, pintados como nos dias de guerra e, no final, seu canto de alegria e paz. O grupo do Henfil, na luta para salvar o sangue do povo brasileiro, os corredores invadidos por vampiros. As mulheres, incansáveis e presentes, garantindo as conquistas com graça, garra e raça. O contraste entre os grupos da perfumada e bem vestida UDR e os suados e sofridos sem-terras. A luta das minorias e dos oprimidos. A saga dos trabalhadores. O entusiasmo e a

alegria das vitórias, o desapontamento e a tristeza das derrotas. E, depois de tudo, a confraternização, o abraço amigo, o Hino Nacional.

Particpei de tudo. Estive presente em todos os momentos. Votei artigo por artigo, com consciência e determinação. Como Assistente Social, optei pelo capítulo da Ordem Social. Aliás, a que realizou maiores avanços.

Fui 2ª vice-presidente da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Além de outros benefícios, garantimos o Sistema Único de Saúde, reivindicação de toda sociedade. Na Seguridade, avançamos como poucos países e introduzimos, na Constituição, um capítulo do Meio Ambiente, até então inexistente em nossa Carta.

Apresentei mais de sessenta emendas e consegui aprovação de 22. Tive muitas alegrias e experimentei algumas decepções, entre elas a de não conseguir aprovar a emenda sobre o "referendum popular".

Trabalhei muito pela conquista dos Direitos das Mulheres. Resgatamos lutas, apesar das dificuldades, das diferenças e das pressões. Graças ao apoio dos grupos feministas, do CNDM e das emendas populares foi possível avançar.

A Constituição está pronta. Repito: não é a dos meus sonhos. Ela tem, entretanto, o sabor da Justiça, a cor da Liberdade, a beleza da Democracia e o compromisso inegociável com o Social. Resta-nos cumpri-la e ter esperanças em um Brasil novo e em um povo feliz.

Terminamos de votar a Constituição brasileira. Não é a Constituição de nossos sonhos mas, contém avanços fundamentais para recomençar um novo tempo, com garantias individuais e coletivas importantes no processo democrático que todos buscamos.

A carta está pronta e, no positivo e no negativo, muitos fatores influenciaram. Hoje não tenho dúvidas de que muitas questões foram votadas de acordo com ideologias, compromissos partidários, com olhos voltados para eleições ou simplesmente para marcar posições e



Chegamos à última etapa dos trabalhos constitucionais, constando quanto foi uniforme a luta das mulheres na constituinte. Apesar de sermos apenas 25, no meio de 534 homens, ou seja, 4,9% dos parlamentares em nenhum momento nos sentimos desanimadas. Em decorrência dessa garra, muitas de nossas metas foram atingidas.

No decorrer do processo, mostramos nosso poder de articulação e capacidade. Reforçamos nossas posições através de discursos e emendas que apresentamos e defendemos. A postura por nós assumida mudou a visão de que a mulher política é deselegante e não pode ser, ao mesmo tempo, bonita e inteligente.

Rose de Freitas

Direitos fundamentais da mulher, nação mais justa

Trabalhamos não só pelas mulheres, mas por uma nação mais justa. Sem igualdade de direitos, não pode haver justiça. Aqui, ressalto a aprovação de alguns artigos: a proibição de diferenças salariais e de critérios para admissão no mercado de trabalho por motivo de sexo, idade, cor e estado civil; a ampliação de direitos trabalhistas à empregada doméstica, cujo mercado é composto de 95% de mulheres e a concessão da licença-maternidade de 120 dias.

Quanto aos direitos fundamentais da mulher, a bancada feminina, sempre se manteve unida, apesar das diferentes posições ideológicas.

Além das conquistas constitucionais, registro um acontecimento paralelo que considero importante. No começo éramos vistas como o "Clube da Luluzinha".

Amargar derrotas? Partir para outra...

Derrota foi não termos aprovado a Reforma Agrária e o Parlamentarismo. A aprovação do parlamentarismo significaria mais do que uma mudança no regime de governo. Significaria o aumento da participação da mulher no poder. O sistema Presidencialista é machista. Apesar de representarmos 54% da população brasileira não temos uma governadora, senadora, nem ministra. Não participamos da alta cúpula do governo. Somos discriminadas. Por muitos políticos somos vistas ainda como reforço de chapa para ajudarmos a eleger os homens. Mudar esse quadro depende mais de nós do que do eleitorado. Hoje, sou candidata à prefeitura de Serra, município industrial de Grande Vitória de maior arrecadação do estado e o terceiro em termos populacionais. Tenho como vice, um homem. Para conseguirmos igualdade, temos que nos ver e nos posicionar como iguais.



Rita Camata

Representando menos de 5% do total da Assembléia Nacional Constituinte, a presença feminina reveste-se de um significado especial para a mulher e é essencial que isso seja bem compreendido.

Transcorridos 40 anos desde que uma outra Assembléia Nacional foi convocada, pondo fim à longa noite do estado novo e à ausência de um parlamento no país. E nessa Assembléia de 1946, não havia uma única representante feminina, o que certamente significou um retrocesso, em relação à constituinte de 1934.

Não tem sido fácil, mas garantir a presença feminina na elaboração de uma nova carta Magna, 40 anos depois, é uma forma, inclusive, de redimir essa grave lacuna histórica. Esses 40 anos foram marcados por mudanças expressivas no Brasil e no Mundo, nos planos econômico, social e político. O Brasil é hoje um outro país e apesar dos danos irreparáveis causados por 20 anos de regime militar fortemente repressivo, após 1964, a economia creceu, a indústria foi diversificada, mais estudantes procuraram as universidades, a ciência e a tecnologia foram amplamente desenvolvidas.

Com relação à mulher e à participação no meio político, as eleições de 1986 foram importantes, pois nelas a mulher brasileira depositou suas esperanças: foi eleita a bancada feminina.

Constituinte, eleita pelo PMDB/ES, teve a oportunidade de incorporar ao texto constitucional, juntamente com minhas colegas de bancada, demandas que foram explicitadas ao longo da década e reivindicações que vêm sendo formuladas há anos no país, por diferentes segmentos, categorias e grupos.

Conscientizar a sociedade para a real situação da mulher e sobre a maneira de como se deve lutar pelo respeito à mulher, defender com firmeza as propostas junto aos "homens-constituintes", para que fossem aprovadas, não partindo para a competição, mas ao respeito pelas aspirações e condições dignas da pessoa humana, independente de ser ela homem ou mulher, foi uma "gestação" difícil. Um "parto" ameaçado por crises e tensões. Mas o desejo de justiça, o envolvimento com a população, vivenciando os problemas de cada segmento fortaleceram nossa vontade de tornar realidade as demandas e reivindicações de anos de marginalidade, desigualdade. Os obstáculos foram superados. Após

emendas, pronunciamentos, pareceres, destaques, fusões o "parto" foi feito e o resultado de um trabalho de interação, equilíbrio foi registrado: a mulher conquistou seus direitos no texto constitucional.

Luta feminina

Apresentar emendas ao projeto de constituição, incluindo artigos e parágrafos que eliminassem as discriminações contra a mulher e que regulamentassem os direitos sociais foi, entre as "bandeiras" que defendi, a mais dilacerante. Nada me deteve, lutei contra correntes tendenciosas, contra a própria mulher, que temia por seu emprego e, graças à harmonia entre as constituintes, mostramos aos "homens-constituintes" que nós, 25 constituintes, duas dezenas e meia, uma minoria, vencemos a batalha através de um esforço conjunto e, principalmente, quando questões importantes e de interesse vital para a mulher, para o trabalhador e para o país estão acima de ideologias e interesses partidários.

O referendo popular, o apoio de constituintes conscientes da situação da mulher, da família, do trabalhador foi decisivo para o êxito da bancada feminina na Assembléia Nacional Constituinte.

É gratificante e compensador poder dizer que conquistamos a igualdade de todas as crianças perante a lei instituída na nova carta. Os filhos gerados no casamento ou em relações extracônjugais têm os mesmos direitos. É a paternidade responsável. O número de mulheres "sozinhas", isto é, mães que provêm o sustento de seus filhos será reduzido, pois, agora, elas encontram apoio no texto constitucional.

Grande momento

Pensando na mulher, na criança, sem ignorar os outros problemas, principalmente no campo social, juntamente com outras companheiras constituintes, enpenhei-me com todo o vigor, para que as propostas referentes aos direitos da mulher brasileira fossem aprovadas. Uma delas, agora uma realidade, é a conquista da licença-maternidade: "licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração mínima de 120 dias...". Esse foi o momento de glória para a mulher, principalmente a mulher

carente financeiramente. Foi, também, o meu momento. Pude ver registrado no placar eletrônico da Assembléia Nacional Constituinte o resultado da votação: votaram 415 constituintes - sim 410, não 3, abstenção 2. a emoção foi grande.

Avanços

Conquistamos avanços importantes no que diz respeito à mulher, que deixa de ser dependente do homem; poderá possuir título de terra; igualdade de direitos entre homens e mulheres, assistência gratuita aos filhos dependentes em creches e pré-escolas; proibição de diferença de salário e critério de admissão por motivo de sexo, cor e estado civil; não incidência da prescrição no curso de contrato de trabalho até dois anos após sua cessação; aposentadoria para a mulher aos 30 anos de serviço, com tempo inferior pelo trabalho rural; assistência social independente da contribuição à previdência; proteção à velhice e à maternidade; amparo às crianças, adolescentes carentes autores de infração penal e suas vítimas. A saúde é dever do estado e direito de todos.

A conceituação da família, que envolve a igualdade entre os cônjuges ou companheiros, a definição de direitos e deveres, a capacidade civil de cada um, com proteção do estado, não limitando as separações e garantindo ao casal o livre direito e liberdade de determinar o número de filhos.

A proteção à mulher contra o abuso, a violência e a exploração sexual, (inclusive a doméstica, até recentemente ocultada pela própria vítima), objetivando medidas concretas para a redução dos índices de violências; garantias para a empregada doméstica.

A lacuna de quatro décadas foi, parcialmente, preenchida. Ainda temos muito a conquistar. Mesmo com o perfil conservador, a constituinte foi sensível ao apelo popular e da mulher. Cabe agora à mulher e à bancada feminina ficarem alertas para a elaboração e aprovação de leis ordinárias que contribuam efetivamente para tornarem essas conquistas em uma "realidade concreta". E não como nos mostram experiências anteriores, exemplos de leis que não saem do papel. São elaboradas e engavetadas.

A constituição veio para mudar os rumos do país. É fundamental que o brasileiro conheça, respeite e tenha confiança na nova carta. Cada mulher, cada brasileiro é o executor da constituição. Ela é uma criação do povo e deve ser cumprida. Deve ser divulgada, lida, discutida em to-



dos os segmentos da sociedade.

Só respeitamos o que conhecemos.

Vamos mudar a cultura

A mulher brasileira conquistou seu lugar na sociedade e tem seus direitos garantidos na nova carta. Entretanto, é evidente que a sua participação na política, ainda não expressa o importante papel que ela desempenha no processo produtivo, na economia, nos setores fundamentais da vida nacional. O condicionamento cultural e os estereótipos do tipo "política é coisa de homem" ainda pesam fortemente sobre o comportamento feminino. Os preconceitos contra a mulher, expressos na alegação de uma pretensa incompatibilidade entre a função pública e a responsabilidade, sempre atribuída à mulher, pelas tarefas domésticas, continuam em vigor em nossa sociedade. Sem falar no famoso machismo, cuja força não foi ainda abalada em muitos lugares e nas atitudes de muitos homens. Cabe à nós a responsabilidade social de mudar o condicionamento cultural, e transmitir para as gerações futuras ações arrojadas.

Durante esses vinte meses como constituinte, tive muitas alegrias e algumas decepções. Recentemente, tive a prova do reconhecimento de meu trabalho. Recebi 79 telegramas das 83 comunidades existentes em vitória, fazendo um apelo para que eu-me candidatasse à prefeitura municipal. É a demonstração de que confiaram em meu trabalho e continuam confiando.



goiás



Lúcia Vânia Abrão Costa

Não poderia me queixar do saldo entre as bandeiras que priorizei e o resultado final da Constituinte. Praticamente todos os pontos pelos quais me bati, foram contemplados no novo texto, representando avanços e consolidação de conquistas fundamentais na afirmação da mulher como agente histórico, social, político e econômico.

Acertos

Registro nesse sentido...

- **A não inclusão do aborto no texto constitucional** - É matéria extremamente controversa. No meu entender, seu lugar é na legislação ordinária.
- **Reconhecimento da união estável entre homem e mulher como núcleo familiar sob a proteção do Estado** - Tal dispositivo foi incluído em termos integrais.
- **Direitos iguais e ausência de discriminação entre filhos gerados no casamento e fora**



dele - outro ponto inteiramente acolhido no texto.

- **Planejamento familiar** - Outro assunto fortemente polêmico. Minha posição acabou prevalecendo no texto final.
- **Aposentadoria à dona de casa** - Dispositivo justo e oportuníssimo. Dá à mulher que exerce labor doméstico direito à seguridade social e à aposentadoria.

Constituintes, uma Assembléia fustigada

No processo, as dificuldades foram grandes. Entre elas, a pressão intransigente e agressiva de grupos de interesse. De um lado, os refratários a qualquer mudança, especialmente no campo econômico e social - os ditos conservadores. De outro lado, os açodados em mudanças bruscas, traumáticas, apregoando avanços em certos casos exageradamente acelerados ou prematuros - os ditos progressistas.

A Constituinte teria muito a ganhar, e seu fruto final seria ainda melhor, se tivesse imperado mais grandeza e transigência.

A título de ilustração, indicaria o lobby que setores religiosos empreenderam. A Igreja Católica adotou uma linha radical, de cunho progressista, em temas econômicos. A bancada evangélica - em especial os adventistas e os pertencentes à Assembléia de Deus - foram marcadamente conservadores, nesse particular. Já no campo dos direitos sociais, em especial envolvendo reivindicações da mulher, os dois seg-

mentos assumiram postura idêntica: resistiram até o fim, a muitas das inovações reclamadas, colocando o sentimento religioso (altamente respeitável, diga-se de passagem) acima de tudo. Ora, o corpo social é, finalmente, um corpo leigo.

Gratificações

Momentos decisivos deram gratificação especial.

A retirada da emenda do deputado José Genofino, que pretendia a discriminação do aborto em nível constitucional.

O discurso do deputado Alceni Guerra eletrizou e sensibilizou toda a Constituinte. Num depoimento emocionado, defendeu a licença-paternidade e, naquele momento, garantiu a aprovação daquele dispositivo.

A presença atuante das constituintes no Dia Internacional da Mulher. Se tivesse que me fixar em um único momento, ficaria com a negativa da Constituinte em liberar o aborto. Essa foi a matéria pela qual mais direta e intensamente me empenhei, acompanhando-a todo o tempo - desde a subcomissão dos Direitos Individuais, passando pela Comissão Temática e daí até à Sistematização e à fase final. Quando o plenário se manifestou deixando que a legislação ordinária cuidasse do assunto, fui tomada de emoção muito forte, possuída por um sentimento de dever cumprido, perante uma meta de consciência.

Num cotejamento amplo, posso dizer, com alma aberta, que as alegrias que a Constituinte

me proporcionou superaram as decepções e frustrações - enfim, inevitáveis em qualquer atividade. A maior alegria foi haver participado da elaboração de um novo documento de um povo. Saber que determinado ponto, determinado dispositivo é meu, ou para que ele se integresse à nova Constituição, minha participação foi decisiva. Há muitos pontos na Carta que embalo com carinho especial. Têm quase status de filho. São mais meus do que dos demais. Outra alegria foi a experiência acumulada, o maior amadurecimento, a ampliação de horizontes. Esta é minha primeira experiência parlamentar. Outra alegria, foi haver participado do esforço da bancada feminina - o mais expressivo e o de maior garra de toda a história político-constitucional brasileira. Dessa experiência saio com a convicção de que, nas próximas legislaturas, o peso numérico e participativo do segmento feminino dentro do Congresso vai crescer em progressão geométrica.

Decepções foram poucas e não merecem registro. Trago vívidos apenas os erros e os equívocos praticados sob o efeito do entusiasmo e da boa intenção para, quem sabe, conseguirmos evitar repeti-los no futuro. Fico com a paráfrase de Neil Armstrong, ao dar o primeiro passo na Lua. Era um pequeno passo para o homem, mas um grande, imenso passo para a humanidade, declarava ele. Nesta Constituinte, demos, nós mulheres, também um pequeno passo ante as limitações e as resistências que encontramos. Um passo imenso, grandioso, no entanto, para a coletividade feminina brasileira.



TJ.O. PER-30/5, P.25

paraíba



A sociedade brasileira padece sob o peso de uma política econômica que penaliza os assalariados. Preocupa-me, fundamentalmente, a qualidade de vida das populações de baixa renda, das camadas sociais que habitam favelas, mangues e palafitas. A elas dediquei-me, em especial, durante o governo Wilson Braga, na Paraíba. Na condição de Presidente da Fundação Social do Trabalho – FUBSAT – desenvolvi atividades que elevavam a qualidade de vida dessa significativa parcela de nossa população. Além da construção de casas em regime de mutirão, criamos cooperativas artesanais e apoiamos as microempresas, capacitamos mão-de-obra e abrimos perspectivas para a elevação da renda familiar.

Com os mutirões habitacionais, vi a alegria, constatei a coragem e a força de vontade do nosso povo, demonstradas no entusiasmo com que homens, mulheres e crianças lançavam-se à tarefa de erguer uma casa. Pareciam já mais cansar-se. Era a própria casa que construíam – a casa erguida com suas próprias mãos, parte de cada um que participava da construção.

Preocupações sociais da parlamentar paraibana

Além da qualidade de vida das camadas da periferia urbana das grandes cidades, inquietam-me a solução para a problemática da seca do nordeste, a liberdade de pensamento, os direitos dos trabalhadores e servidores públicos (como a licença-gestante de 120 dias, a redução do tempo de aposentadoria, a obrigatoriedade do governo em construir moradias, dando prioridade às áreas de pobreza absoluta, o planejamento familiar como livre opção do casal, proibindo qualquer prática coercitiva por parte do

governo e a estabilidade no serviço público). Também, a garantia da gratuidade do ensino, o amparo à criança desde sua gestação. Condenamos qualquer forma de discriminação – principalmente à mulher. Nesse sentido, defendi a isonomia salarial da mulher, a igualdade previdenciária e a contagem do tempo de serviço da dona-de-casa para efeito de aposentadoria. Como indispensável à melhoria do ensino público, em nosso país, propus o estabelecimento de piso salarial para os professores, para dignificar a profissão e permitir-lhes o aperfeiçoamento técnico indispensável, através da aquisição de livros, que os salários atuais não lhes permitem fazê-lo.

A alegria da participação

Tivemos a alegria de constatar várias conquistas da classe trabalhadora, no campo social. Algumas delas decorreram de sugestões e emendas de nossa autoria, aperfeiçoadas pela contribuição de outros constituintes, cujas identidades de pensamento permitiram a consagração delas, no texto constitucional. Entre essas conquistas de nossa iniciativa, destacamos:

- * Assistência gratuita aos filhos e dependentes de até 6 anos em creches e pré-escolas. A sugestão nº 6.918, de nossa autoria, previa: "O Estado reconhecerá à maternidade e à paternidade, relevante função social, garantindo aos pais, os meios necessários à educação, creche, saúde, alimentação e segurança dos seus filhos". Através das emendas nº 0069, 0070 e 0054 propus, respectivamente, a proteção ao menor, assegurando-lhe educação e saúde, a obrigatoriedade da criação de creches para crianças de até 6 anos e a promoção pelo estado do ensino gratuito em todos os níveis.



Lúcia Braga

nossa autoria, onde estão previstas punições para atos que visem subestimar, estereotipar ou degradar pessoas por razões de sexo, etnia ou cor e estabelecido que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e assegurada a isonomia salarial para ambos os sexos, quando em exercício da mesma atividade. Foi consignado no texto constitucional a extensão das conquistas dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais e domésticos. Através da emenda nº 166, propusemos: "Ficam assegurados à mulher trabalhadora rural todos os benefícios concedidos pela previdência social à trabalhadora urbana, inclusive direito à aposentadoria de valor global nunca inferior a um salário mínimo, sem prejuízo dos benefícios concedidos ao cônjuge, chefe ou arrimo de família."

- * **Aposentadoria proporcional, após 30 anos de trabalho ao homem e após 25 à mulher.** A sugestão nº 5.449, de nossa autoria, tem alcance mais amplo: "É assegurado a todos os trabalhadores o direito à aposentadoria voluntária, após trinta e vinte e cinco anos de serviço, respectivamente para o homem e para a mulher." As decepções decorreram da constatação do fisiologismo de alguns constituintes, que não resistiram ao poder de barganha de grupos econômicos e setores mais retrógrados e reacionários. Em virtude dessas pressões não foi possível dotar o país de uma constituição mais avançada, tanto no que se refere às conquistas sociais como à defesa de nossos recursos minerais. As conquistas alcançadas resultaram de muito esforço e determinação da parcela progressista da Assembléia Nacional Constituinte.
- * Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo e vedada a sua vinculação para qualquer fim". Por sua abrangência, esse dispositivo inclui várias sugestões e emendas de nossa iniciativa.
- * Licença-gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias. A sugestão nº 26.174, de nossa autoria, estabeleceu: "Licença remunerada à gestante, por prazo nunca inferior a 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário." "Proibição de diferença de salário, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil." A questão da discriminação foi objeto das emendas nº 26172, 26167 e 167, de

pernambuco



O mais significativo no processo CONSTITUINTE foi o próprio processo. Desde os primeiros momentos a sociedade organizada manifestou-se, às vezes, até de forma tumultuada. Foi bom que assim ocorresse, pois a contradição é um sinal da energia vital. A sociedade está viva. Viva a sociedade!

As minorias tiveram oportunidade de impor sua problemática nas discussões das Subcomissões: Mulheres, Negros, Índios, homossexuais, menores. Cada segmento escreveu algumas linhas nesta carta. Para nós mulheres, destacamos algumas conquistas: Creche obrigatória para crianças de 0 a 4 anos; licença maternidade e a cidadania plena com a abolição do odioso preceito de cabeça do casal.

Algumas categorias predominantemente femininas, como as empregadas domésticas adquiriram status no mercado de Trabalho. Enfim, esta CARTA tem muito do suor e das lágrimas do povo brasileiro. Seria ilusório pensar como saliente o tucano FERNANDO HENRIQUE CARDOSO que a Constituição faria a revolução que o povo não fez. Temos encontro marcado com a NOVA HISTÓRIA em 1993.

Cristina Tavares





Miriam Portella

Meu ingresso na vida política se deu em termos locais. Reconheci que, para erradicar os males que affigem o povo de minha terra, se impõe uma ação política geradora de atos administrativos voltados para esse objetivo. E minha presença na Assembléia Nacional Constituinte resultou da compreensão de que, sem a institucionalização de determinados princípios, o administrador público não encontraria respaldo legal para a tomada de decisões inadiáveis.

A Assembléia Nacional Constituinte seria a vez e a hora para o país inaugurar uma nova era. Entrevi a oportunidade para postular inserção de meus ideais no texto da nova Constituição.

Subcomissão da Questão Urbana e Transporte

Foi nessa Subcomissão que centralizei minha ação de Constituinte. Tenho a convicção de que a propriedade e o uso do solo urbano são a causa fundamental dos graves problemas urbanos. Nada poderá ser feito em benefício das populações citadinas, em estabelecer restrições ao direito de propriedade do solo urbano, sem se reformar sua ocupação e utilização.

Propus o usucapião urbano e a limitação da área de propriedade urbana, em um mesmo Município. Propus a supremacia do interesse coletivo sobre o individual e o pagamento das indenizações

por desapropriação por interesse social em títulos da dívida pública, no prazo de 20 anos.

Na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, o latifúndio urbano, a especulação imobiliária, a construção civil, os incorporadores estavam fortemente representados. Minhas idéias não podiam prosperar. A luta foi renhida. Consegui ver, no texto constitucional, apenas o usucapião urbano, assim mesmo mutilado. Propus o prazo de três anos, posteriormente modificado, por mim mesma, para "mais de três anos".

A Assembléia vinculou o usucapião urbano à posse de cinco anos. Limitou a área em 250 m², insuficiente, no meu entender. Minha proposta original conferia ao Município a determinação da área. Provavelmente teríamos, em todo o país, áreas diferentes, ajustadas às necessidades de cada município.

As elites brasileiras, desejosas da manutenção do status que, não se dão conta do erro em que incidem, ao rejeitar frontalmente qualquer iniciativa progressista. Radicalizando, encurtam seu tempo de classe dominante, podendo perder, ainda mais cedo do que imaginam, os benefícios e vantagens de que dispõem.

Convicta de que a solução da questão urbana se inicia no campo, dei todo apoio à questão fundiária, defendendo e votando por uma reforma agrária massiva, capaz de possibilitar a fixação do homem no campo, pela oferta de condições de trabalho ao pequeno produtor e ao traba-

Givaldo Barbosa/Correio Brasileiro



lhador rurais e, por via de consequência, melhora de sua qualidade de vida.

Mulher reconhecida constitucionalmente ...

Outro momento de grande alegria foi a aprovação da concessão do título de domínio, nos casos de usucapião urbano, ao homem ou à mulher, ou a ambos, independente de estado civil. Foi uma decisão da maior amplitude, que deu legitimidade à mulher. Por fim, a mulher é reconhecida constitucionalmente. Com esse dispositivo, faz-se uma revolução no direito civil brasileiro, que haverá de reconhecer a mulher, como cidadã por in-

teiro, e não mero apêndice na vida do homem.

Aconteceram decepções, evidentemente. Por exemplo, quando a reação, na Comissão da Ordem Econômica, atropelando o Regimento, não reconheceu o relatório do Senador Severo Gomes, impondo na marra, um substitutivo retrógrado.

Outro momento de tristeza foi a aprovação da emenda que afastou da reforma agrária, as terras produtivas. Dito assim, "terras produtivas", parece muito justo que elas sejam insuscetíveis de reforma agrária. Na prática, porém, o conceito de terra produtiva inviabilizará a reforma agrária, pois terras improdutivas poderão passar por produtivas.



"nada será como antes"...

É indiscutível: o Brasil não será mais o meso depois da promulgação da nova Constituição. Nem as mulheres brasileiras! O futuro certamente será melhor para as cidadãs deste país.

Na verdade, não conseguimos tudo que queríamos - nós, as mulheres da bancada feminina e todas aquelas constituintes em mandato, que nos acompanharam com seus benvindos lobbies. Apesar disso, avançamos em direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Destacamos a importância do carisma e da capacidade do Senador José Paulo Bisol, relator da Comissão da Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, da qual participei como 2ª Vice-Presidente. Sem ele pouco teríamos conseguido. Foi ali que vencemos uma das principais batalhas, consignando cerca de 80% das propostas, somadas as conquistas obtidas na Comissão da Ordem Social, naquela etapa.

Também não posso deixar de registrar a atuação das companheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, porque muitas das reivindicações se perderiam não fosse a atenção redobrada e o espírito aguerrido de todas elas.

Não foi um mar de rosas

Para chegarmos até aqui, a luta foi muito grande. Para aprovarmos, no texto, o dispositivo que proíbe a discriminação por causa do sexo, por exemplo, antes tivemos que superar os preconceitos dos homens - funcionários e parlamentares - de um Congresso ainda sustentado sobre alicerces discriminadores, verdadeiramente machistas.

Algumas vezes, por causa da pressão permanente ou da derrota em uma negociação, por perder um momento importante, um avanço real, confesso, até chorei. E de raiva. Porque, também, ainda iam me chamar de boba. Homem dá

soco e xinga. Se chorarmos, logo gritam: "Isso é coisa de mulher..."

Outras vezes, quando visualizávamos o adversário - geralmente um conservador partidário de um Brasil menor - o desânimo quase nos dominou.

Felizmente, foi muito expressiva a força dos companheiros que nos apoiaram e deram as mãos. Garantimos, por isso, em primeiro e segundo turno, a maioria dos avanços: a ampliação da licença-maternidade, a obrigatoriedade de creches e pré-escolas para crianças zero a seis anos e a inovação da licença-paternidade. Abraçamos a causa do Deputado Alceni Guerra, que viveu a experiência, senti na pele a necessidade de estar com a mulher logo após o nascimento da criança - afinal, filho não é só da mãe - e deu um dos mais tocantes depoimentos pessoais que ouvi no plenário. Essa aliança foi o maior exemplo do que homens e mulheres são capazes juntos e do quanto podem fazer em benefício de toda a sociedade.

Em todo o processo, foi fundamental a atuação coesa da bancada feminina. Desde o início da elaboração do novo texto constitucional, nos articulamos para carregar juntas, e com mais força, a bandeira das mulheres.

Muitas das emendas sobre reivindicações das mulheres foram apresentadas em conjunto. Apenas uma exceção: aborto. Ao contrário do que estava previsto, conciliamos, porque sabíamos que a questão feminina estava acima das questões partidárias. Agimos com maturidade e retiramos do texto qualquer alusão ao assunto. Existe grande controvérsia em torno da descriminalização do aborto. Por isso, é indispensável consultar a todos os brasileiros, instituir um debate amplo, como aconteceu em outros países, por exemplo, Itália, França e Alemanha, o ideal é que se realize um plebiscito. Não podemos decidir por 130 milhões, sobre tema tão delicado.

Por outro lado, a convivência com os diversos grupos do movimento feminino, durante estes 19 meses de trabalho, revelou aspectos importantíssimos: o crescimento da luta da mulher, enquanto segmento organizado da sociedade - sobretudo da mulher cidadã - e a influência positiva do processo constituinte nesta evolução. Os anseios manifestados ecoaram dentro da Assembléia Nacional Constituinte que, por sua vez, também teve ressonâncias na mobilização feminina.

Dívidas com o Brasil de hoje, com gerações futuras

Está aí a Nova Carta.

Demos nossa contribuição efetiva para a construção de um Brasil mais justo e igualitário, onde o respeito ao cidadão está muito acima do Estado e do poder. Participando ativamente, brigamos conscientes de nossa responsabilidades. A visão das mulheres sempre foi clara e objetiva. Não lutamos apenas por nós mesmas. Ao nos engajamos, pretendíamos mais justiça não só para a mulher violentada em seus mais básicos direitos como pessoa, mas também para o homem brasileiro, da mesma forma vilipendiado.

O novo texto constitucional garante às brasileiras espaço de direito para participarem, com todo seu potencial, da vida política, social e econômica do país, afim de, ao lado do homem, construir uma nova Nação, não mais como mão-de-obra explorada, pessoa discriminada pela sociedade, mas sim como cidadã brasileira, com todos os direitos daí decorrentes.

Ainda não chegamos à reta final. Há muito por fazer. Vários dispositivos precisam ser regulamentados em Lei Complementar ou Ordinária. Se não estivermos articuladas e atentas, perde-

remos o que nos custou muito esforço e dedicação. Através da união em torno da causa feminina, devemos superar questões partidárias e interesses pessoais.

Nossa vitória só vai ter valor, realmente, se mantivermos a mesma união evoluirmos ainda mais. Cabe a cada uma de nós, exercendo o pleno direito à cidadania, reescrever, agora sim, a nossa própria história. Isso devemos a gerações futuras, que dependem de todos nós, homens e mulheres, para terem uma vida melhor.

Nossa vez é agora, mais do que nunca. Com igualdade!



Josemar Gonçalves

Benedita da Silva



"Da campanha pelo direito à instrução e ao voto, passando pela eleição das primeiras mulheres, chegamos a assumir 25 cadeiras na Assembléia Nacional Constituinte de 1988."

Simone de Beauvoir já ensinava que "não se nasce mulher: torna-se mulher". Pois nós, mulheres brasileiras, estamos em processo de tornar-nos cidadãs plenas.

Desde nossa independência, tivemos sete Constituições. Em todas elas, as reivindicações das mulheres foram excluídas. Desde então, iniciamos nossa organização. E a batalha tem sido árdua. Ao longo da história das lutas femininas, muitas mulheres foram punidas e reprimidas por reivindicarem nossos direitos.

Muitos anos nos separaram das primeiras feministas. Apesar de reconhecermos certos avanços, a verdade é que ainda lutamos basicamente por direitos semelhantes, como igualdade e autonomia. Se, por um lado, não conseguimos ainda dar grandes saltos para a transformação de nossa sociedade, é fato concreto nossa mobilização em torno da consolidação e da ampliação de ganhos já obtidos.

As conquistas sociais consagradas na nova Constituição e os avanços dos direitos dos trabalhadores são, de certa forma, o coroamento dessa longa batalha, que nunca foi atenuada. Nem quando sofremos mesquinhas perseguições e represálias, como a ameaça de demissão, a exigência de teste de gravidez e atestado de ligadura de trompas para admissão em emprego, por ocasião da recente e definitiva aprovação da licença-maternidade de 120 dias. É como se pretendessem convencer-nos de que é um equívoco o objetivo pelo qual lutamos. Para o patronato, nossas vitórias representam um retrocesso, pois atrapalhariam as relações de emprego onde a mulher

se faz presente. Esse perigoso jogo tem envolvido até mesmo companheiras menos comprometidas com a luta das mulheres.

A participação feminina na feitura da nova Carta é uma vitória dos setores populares mobilizados. Apesar dessa força, os espaços destinados à mulher são ainda muito limitados, dentro do Congresso, pelo caráter conservador da maioria de seus componentes. Nem todos os companheiros parlamentares apoiaram a luta feminina por direitos iguais. O Congresso Nacional, refletindo a posição das instituições brasileiras, ainda não reserva o espaço desejado pelo movimento de mulheres para sua participação. Todas as decisões estão centralizadas em mãos de um único grupo - formado evidentemente pelos homens - muitas vezes refratário à participação e, até mesmo, às sugestões femininas.

Resistentes a esses obstáculos, lutamos e conseguimos incluir na nova Carta, bandeiras de lutas históricas do movimento de mulheres.

Propostas transformadas em princípio constitucionais

Como representante e integrante dos movimentos populares - de mulheres, negros e favelados - minha participação na Assembléia Nacional Constituinte foi priorizada pela defesa dos direitos sociais. Apresentei inúmeras emendas, algumas em parceria com colegas constituintes. Essas iniciativas foram fruto da estreita colaboração e da mobilização organizada desses setores com nosso mandato. Das propostas apresentadas, muitas foram transformadas em dispositivos constitucionais...

- prática do racismo como crime inafiançável
- às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permane-

- cer com seus filhos durante o período de amamentação.
- licença à gestante de 120 dias
- direito de creche nas empresas
- proibição de diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- direitos trabalhistas e previdenciários à empregada doméstica
- proteção à maternidade, especialmente à gestante
- aposentadoria para os que exerçam as atividades em regime de economia familiar (donas de casa)
- a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado
- para efeito de pretensão do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar
- fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício de seu direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas
- o Estado assegurará a assistência à família na pessoa dos membros que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito dessas relações.

Exigências: organização e vigilância

O momento nos coloca um novo horizonte. Às vésperas do século XXI, a promulgação dessa Constituição reveste-se de especial importância, pois reflete a existência de uma nova mulher - mobilizada em entidades femininas, trabalhadora, organizada em suas categorias - lutando pela ampliação de seus direitos e dos direitos dos trabalhadores em geral. A partir de agora, é preciso a continuidade e o aperfeiçoamento de nossa organização, no sentido de continuarmos vigilantes, para que a nova lei venha a ser cumprida.

rio grande do norte

Professora do Departamento de Educação, do Centro de Ciências Sociais e aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cheguei à Assembléia Nacional Constituinte com a maior votação já obtida por um Deputado Federal em toda a história política do Rio Grande do Norte: 150 mil votos, ou cerca de 12 por cento dos votos válidos. Em Natal, esse percentual foi ainda mais expressivo - o equivalente a 25 por cento dos votos apurados.

Senti-me então bastante comprometida com aqueles que me deram o seu voto e, cumprindo os compromissos de campanha, defendi os interesses dos trabalhadores, os direitos da mulher, os avanços sociais e votei sempre a favor do cidadão.

Inicialmente ligada ao PDS, entrei na comissão de ordem social e na subcomissão dos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos, com destacada atuação e sintonizei o meu trabalho com a bancada do PDT, sem discrepância de um único voto com esse partido. Essa afinidade de pontos de vista e a luta pela promoção social do homem tornaram inevitável o meu ingresso no Partido Democrático Trabalhista - PDT, que ga-

nhou uma nova dimensão no Rio Grande do Norte.

Consciente de minha responsabilidade como Constituinte, acho importante lembrar, mantive minha independência frente aos posicionamentos e aos votos de meu marido, também Constituinte, Lavoisier Maia. Em diversas ocasiões, nossos votos discordaram. Cada um vota de acordo com sua consciência, suas convicções e pretendo manter esse comportamento.

Na Assembléia Constituinte, mantive minhas posições: contra o aborto, a favor do planejamento familiar e feminista, no sentido de defender os direitos da mulher, lutando para deixar explícitos na Constituição os direitos femininos.

Considero importante ainda destacar minha atuação presidindo a entidade meios/PRONAV, desenvolvendo uma Ação Social eficiente, com a criação dos Centros Infantis e a organização e mobilização das comunidades urbanas e rurais. É como Secretária de Trabalho e Bem-Estar Social no Rio Grande do Norte, realizei importantes atividades, com destaque para a construção de casas populares, que beneficiaram as pessoas de baixa renda, através de mutirão, pelo Projeto Crescer.

Vilma Maia





rondônia



Raquel Cândido

Com o término da Constituinte, posso afirmar que se criou com ela o mais amplo regime de liberdade pública da História de nosso país. Resta agora, confirmá-la, em defesa da Democracia, com as eleições de 15 de novembro próximo.

Maiores ganhos

Para mim, a plataforma de direitos sociais da Constituinte é um documento valiosíssimo, pois, assegurou aos trabalhadores e às classes sociais menos favorecidas conquistas como:

- Férias com abono equivalente a 33% do salário;
- Jornada de trabalho reduzida de 48 para 44 horas semanais. As horas extras passam a valer 50% da hora normal;
- O FGTS dá direito a uma indenização equivalente a 40%;
- Os aposentados passam a ganhar 13º salário e suas pensões serão corrigidas mensalmente;
- Nenhuma aposentadoria para mulheres será inferior ao salário mínimo;
- A ampliação da licença-maternidade de 90 para 120 dias;
- A licença-paternidade de 5 dias.

Devo ressaltar, porém, que o grande ganho da Constituinte foi no capítulo da

Ordem Econômica, onde definimos o que é empresa nacional. Para se ter idéia do que isso representa, basta lembrar que até agora, quando e quem é nacional ou estrangeiro na economia brasileira ficava ao sabor das Leis Ordinárias. Com a aprovação das disposições constitucionais, a relação nacional/estrangeiro pode tornar-se mais clara e com maior possibilidade de controle.

Garanto que a nova Carta não provocará nenhum abalo sísmico no mercado. Somente disciplinamos o capital estrangeiro, como forma de libertação dos brasileiros.

Na luta feminista, limitações

Nós mulheres tivemos um papel fundamental, porém, deixamos a desejar no campo das lutas feministas. Sequer discutimos com profundidade o direito ao aborto - questão que nos diz diretamente respeito. Não foi meu caso. Na bancada feminina, esse tema não teve no entanto, nem a atenção, nem o apoio da maioria. Claro, perdemos. Por que não podemos defender esse direito inerente a nosso próprio corpo?



roraima



Marluce Pinto



A efetiva e honrosa participação no Processo Constitucional, me exigiu, sempre, plena convicção da grandeza da responsabilidade do encargo aliada a esperança de um Brasil melhor, por parte de todos aqueles que através do sufrágio universal do voto popular nos confiou tão relevante tarefa.

Foi, sim, extraordinariamente gratificante a coesão feminina, dentro e fora do plenário da Assembléia Nacional Constituinte, num incessante e deliberado es-

forço, onde cada uma de nós, e, ao mesmo tempo, todas nós juntas, formando uma unidade decisivamente imbuida do desejo e da obrigação de, na condição de mulher, criar o seu próprio espaço. E sem dúvida o criamos.

Apesar de formarmos um bloco de apenas vinte e seis "Mulheres Constituintes", a autocrítica me autoriza a crer no multiplicado esforço feminino que resultou num trabalho manifestante reconhecido pelos nossos pares, e quiçá o

seja por todas as mulheres brasileiras.

Porém, o trabalho em conjunto, onde as idéias e as posições foram defendidas, muitas vezes, com ardorosa veemência, vezes outras, no calor das paixões até ideológicas, gratificaram ainda mais, pela reciprocidade vivenciada num clima onde não se considerou ser Ele ou Ela, mas, puro companheirismo, coleguismo, em permanente desejo de dar o melhor de si em oferenda ao Povo e à Pátria.

Tivemos participação ativa nos capítulos concernentes às Ordens Social, Econômica e Financeira, da Família, da Criança, do Índio, enfim, estivemos presentes desde o Preâmbulo até o último artigo das Disposições Transitórias, buscando sempre na confiança e na esperança brasileira, por nós representadas, a nossa maior fonte de energia e de motivação.

No desenrolar dos trabalhos, vários foram os momentos, que tomada de emoção, vibrei ante a expectativa vivida entre debates e votações. Um, porém, foi mais forte e mais me tocou. Foi quando consegui, na Comissão Temática, a aprovação da Emenda de minha autoria, transformando os Territórios de Roraima e Amapá em Estados, na sessão realizada na memorável noite do dia nove de junho de um mil novecentos e oitenta e sete. Naquela noite, no momento em que se proclamou aprovada a Emenda, ato contínuo, deparei-me com os membros daquela Comissão, os meus colegas

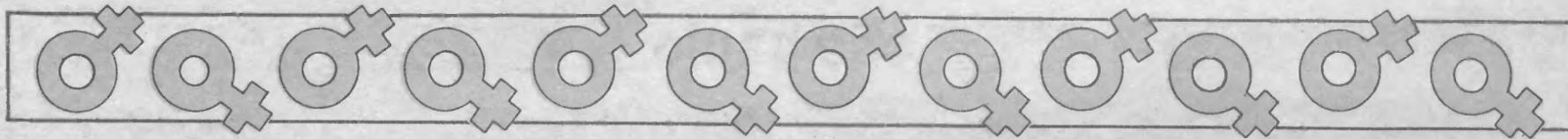
Constituintes, de pé, me aplaudindo. Irresistível vibração tomou conta do ambiente no instante em que se inseriu, definitivamente, na Constituição, a Norma Legal instituindo autonomia política àquelas unidades federadas-Conquista do "Povo Roraimense".

A presença "Feminina" foi marcante, como marcante foi a presença de todos os Constituintes presentes ao mister desta obrigação maior.

Todavia, por um dever de justiça, não posso deixar de ressaltar o brilhantismo do Constituinte Maior, o Presidente Deputado ULYSSES GUIMARÃES, que em nenhum momento negou a sua pronta e valiosa cooperação à "Mulher Constituinte".

Porém, o nosso trabalho não pode se encerrar como se encerrou, com a Promulgação da Carta Magna, o encargo Constituinte. Crer no ideal que nos levou à formulação de tantos avanços, à conquista de maior espaço e o respeito e a admiração de toda uma nação, deverá constituir-se em elo ligando o munus do encargo sobre nós pesando e a consciência do nosso dever cumprido.

O nosso desempenho Parlamentar deverá ser o apostolado, em cuja FÉ se pregue o sucesso dos avanços alcançados, e, onde se deposite a esperança de conquistas, ainda maiores. E a presença Feminina há de merecer, cada vez mais, do empregador, mercê de seu talento, aptidão, habilidade e capacidade criativa, o reconhecimento de seu real valor, como indispensável força de trabalho.



Um outro lado da luta...

Paula Simas/Agência F4



* Companheiras indicadas nesta página: Comba Marques Porto, Iáris Ramalho Cortês, Maria Aparecida Schumacher, Nilce Gomes de Souza e Gilda Barbosa Cabral.

O lado público é de conhecimento geral... Mulheres de todas as regiões do país debateram nossas reivindicações nos Estados. Em agosto de 86, elaboraram a famosa "Carta aos Constituintes" e, desde então, ficaram ligadas, direto, no andamento dos trabalhos no Congresso. Moema Vizzer, Maria Amélia Teles e Lúcia Pacífico, em 26 de agosto de 1987, representando o movimento social, fizeram a defesa das emendas populares, na Tribuna Constituinte.

A intenção aqui é compartilhar um pouco do que vivemos do lado de cá. Por que não espial os bastidores? Pois a proposta vai por aí.

Nosso "lobby do batom": alegria, percalços, sustos...

Nossa mobilização em torno da Constituinte tem a idade do Conselho: mais de três anos. O CNDM nasceu concentrando seu investimento em creche, violência e constituinte.

Oficialmente, a campanha "Mulher e Constituinte" foi lançada em novembro de 1985. Imediatamente foi preciso enraizá-la. Comba virou peregrina. Visitou quase todos os Estados, conversando com grupos de mulheres e Conselhos.

"Que estarão querendo as mulheres?" provavelmente pensaram assim aqueles que se apressaram em tentar esvaziar nosso trabalho, batizando-nos como o "lobby do batom". Não perdemos o humor. Brincamos com o que pretendia ser uma provocação.

Trabalho coletivo

A força crescia. Era necessário catalizá-la, coordená-la. Surge, então, a Comissão Constituinte. Impossível dizer sua composição e seus limites, em número

de pessoas. Houve sempre uma coordenadora e gente ajudando. Algumas vezes, solicitações chamavam e as pessoas escasseavam. Outros momentos — como na preparação do Encontro Nacional e durante seu desenrolar, em agosto de 86 — quase todo o CNDM ficava por conta, envolvido, transformando-se numa grande Comissão Constituinte. Em situações como essa, todo mundo; ajudando: telefonar, consultar, contatar, redigir, datilografar, reproduzir, expedir. E visitar gabinetes, persuadir indecisos, colocar para alguns questões jamais pensadas antes. Haja fôlego!

Estar por perto era sempre um risco mas, o andamento dos trabalhos na ANC foi sempre decisivo. Naturalmente "convocava" a quem estava ligado às questões específicas tratadas em cada momento.

Com delicioso embalo na pronúncia nordestina, miúda e viva, Iáris foi companheira fundamental desde o acolhimento e sistematização das propostas que chegavam dos Estados.

Outra nordestina, de roupas coloridas e riso largo, Gilda trabalhou muitíssimo, coordenando desde a preparação do Encontro Nacional até a entrega da Carta nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional em março de 87. Que mão de obra!

Iniciados os trabalhos em 1º de fevereiro de 1987, Nilce praticamente transferiu-se para o Congresso. Nunca deixou nada barato. Acompanhou e cobrou coerência de cada parlamentar.

Schuma mantinha contato permanente com os grupos e sugeria ações rápidas de pressão nos Estados, em momentos decisivos. Política, estava sempre atenta aos parlamentares hesitantes. Votos conquistáveis desafiavam nossa habilidade.

Matemática & política

Quando começou a primeira fase, colocou-se para nós problema matemático insolúvel... Como nos multiplicar — ou dividir — pelas subcomissões? Não chegávamos a 24, exceto nos momentos em que contávamos com as mulheres de fora! Como priorizar, então, o acompanhamento? Os temas, o ritmo dos debates, a composição mais refratária ou mais aliada das subcomissões era indicadores...

Aborto e família

Na primeira Comissão Temática, deu o que falar a questão do aborto embutida na expressão "desde a concepção". Tínhamos esperança de solução mais avançada do que nosso Código Penal de 1940, até que foi passado o filme "Grito de Silêncio" — radical apelo emocional de ortodoxos grupos anti-abortistas. Af... adeus às ilusões! Não só boa parcela dos Constituintes mudou de opinião, como até o pessoal de apoio da Câmara e do Senado tentava, agora, atrapalhar nossos trabalhos, não nos dando material, cópia de emendas, etc... De alguns Constituintes ouvimos: "Não podemos dar todo esse poder à mulher!" Diante desse quadro, passamos a trabalhar para não retrogirmos à fase anterior a 1940. Coisas do Brasil...

Frustração foi a 8ª Comissão não ter aprovado relatório algum para encaminhar à Comissão de Sistematização. Que sufoco! O capítulo da Família só foi votado no primeiro turno no plenário — isso significa, até a última fase, fomos mantidas em suspense para Hitchcock algum botar defeito. Na Subcomissão da Família surgiram colocações antológicas. Com relação à indissolubilidade do casamento, por exemplo, certo Constituinte declarou: "É impossível destruir laços matrimoniais. Homem e mulher podem

não se amar, mas se amarem a Cristo, isso é suficiente para mantê-los unidos."

Decisões e movimento

Em todas as quatro fases, o período para encaminhamento de emendas foi muito limitado. A rapidez da dinâmica do trabalho não nos permitia tomar decisões mais coletivas. Opções precisavam ser feitas, em tempo muito curto. Era realmente angustiante. Nem sempre tínhamos condições de consultar o movimento de mulheres.

Não é fácil

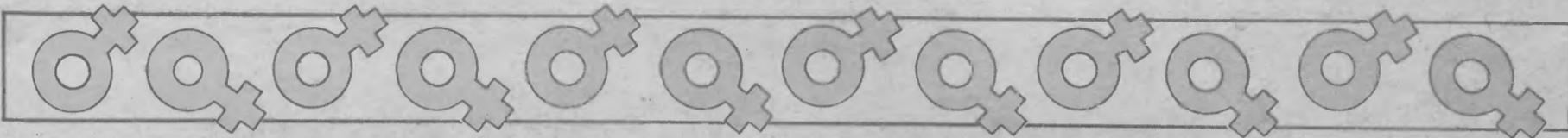
Foi um belo aprendizado. Avançamos. Sabemos que ainda há muito por caminhar. Mesmo entre as mulheres, quando são colocadas questões diretamente ligadas a nós, ainda surgem argumentos impregnados de preconceitos machistas.

Na fala de não poucos Constituintes, persiste o desrespeito à mulher. Ouvimos serem feitas, sem sensibilidade nem cerimônia, afirmações tipo "Mulher só é estuprada quando quer".

Questões fundamentais foram simplificadas por limitações de várias ordens (caso da licença-paternidade, que foi polemizada basicamente a nível dos números). Apesar dos progressos, as discussões não foram ao fundo. A maturidade e a abertura foram insuficientes.

Agradecimentos:

Rita, Madalena, Tânia, Milva, Elmodad, Ana, Alda, Ruth, Lediva, Marilena, Vânia, Marta, Therezinha, Denise, Vera, Divina, Edilamar, Katia, Solange, Eleonora, Fátima, Celina Marisa, Leda, Rosália, Malô, Magda, Lucilene, Sueli, Sandra, Marlene, Beatriz, Neusa, Dauí, Silvinha, Leide, Rosângela, Susi, Luzinete, Leda, Edilene, Regina, Arthemízia, Cláudia...



Paula Simas/Agência F4

Adirp



Surge o Conselho, nasce a campanha



20 de julho 88: Vigília das mulheres

O que os olhos vêem

Pelo Congresso, o mais esquecido dos Parlamentares esbarra com nosso recado:

“Constituinte, as mulheres estão de olho em você!”

Não só no 29 turno da votação final cercamos os distraídos, colocando cartazes pela Câmara e pelo Senado e insistindo que “Filho não é só da mãe”.

Desde a primeira hora lembramos: “Constituinte sem mulher fica pela metade”.

Estivemos em toda parte. Insistimos e nos fizemos presentes.

Ninguém foi poupado.

Quem fechou os olhos, ouviu.

Ninguém conseguiu ficar calado.

Falaram de e em nós, contra ou a favor.

Provocamos reações, o sim ou o não.

Paula Simas/Agência F4



Produzimos material, disseminamos idéias

Paula Simas/Agência F4



Circular informações, estimular debates

Paula Simas/Agência F4



Propomos mudanças culturais

CONSTITUINTE AS MULHERES ESTÃO DE OLHO EM VOCÊ

- Licença maternidade de 120 dias
- Licença paternidade de 5 dias
- Igualdade de salário entre homens e mulheres
- Criação nas empresas
- Educação gratuita em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos
- Princípio de igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher
- Igualdade na sociedade conjugal
- Reconhecimento da União Estável como entidade familiar
- Direito de posse da terra ao homem e à mulher
- Divórcio, trabalhistas e previdenciários à empregada doméstica
- Garantia de mecanismos que punam a violência doméstica

Resistência final



A cumplicidade masculina

Dilemas equivocados se multiplicam, quando uma sociedade não reconhece e respeita as diferenças, e as condições para vivê-las plenamente são difíceis.

Homens solidários

O processo constituinte nos ofereceu a oportunidade de muitos aprendizados. Homens com visão ampla se sensibilizaram por nossas reivindicações e se posicionaram, diuturnamente, como defensores delas, ao longo desses dezoito meses. Ao lado das grandes questões nacionais, souberam da importância fundamental, para uma nova sociedade, da incorporação dos direitos da mulher à Carta.

Àqueles que – das Subcomissões e Comissões Temáticas – estiveram conosco, nosso reconhecimento, respeito e esperança. Cada um foi bem-vindo e continuará a ser imprescindível. Certamente, seremos companheiros nos próximos momentos da História cotidiana e política de nosso país.

Na tribuna, em reuniões, pelos estados, suas falas levaram mais longe nossas inquietações – não só por ajudar-nos a envolver o maior número possível de pessoas nessa reflexão, como também, por contribuir para que os termos de nossas questões não fossem colocados de forma simplista e sua análise mantida em limites estritamente quantitativos.

Filho não é só da mãe

A licença-paternidade deu o que falar. Virou “questão exótica”. Despertou inseguranças: os que morreram de medo, saíram pela lateral. Assim, ela virou até piada. Na polêmica gente contra, a favor e “muito antes pelo contrário”. Nós mulheres entendemos e sentimos que, por aí passa ponto nevrálgico da travessia para a ordem nova, pela qual trabalhamos.

A paternidade recoloca a questão da identidade do ser masculino. É experiência para ser também usufruída. Reduzí-la ao biológico é saída primária. Há sua dimensão social – está em questão o compromisso e a responsabilidade com as próximas gerações. Há os vínculos afetivos que requerem disponibilidade, para serem

construídos. A paternidade, como a maternidade, é uma relação que não é dada de graça – nos fazemos mães, nos tornamos pais, estabelecendo uma ligação, alimentando laços significativos e duradouros.

A emenda da licença-paternidade foi apresentada e defendida com veemência por um homem: o Deputado Alcení Guerra. Foi aprovada em 25.02.88, no primeiro turno de votação no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, por 337 votos. As mulheres parlamentares são somente 25... O segundo turno ratificou esse resultado.

Não pode continuar predominando entendimento estreito, imediatista e pobre, limitando seu exame a números. “A paternidade é compromisso, responsabilidade, exigências, conflitos e obrigações. É tão complexa e significativa que se torna um elemento essencial na identidade da ampla maioria dos homens.” Assim declarou o economista e professor Aloizio Marcadante Oliva, pioneiro nessa reivindi-

cação, defendendo-a no início dos anos oitenta. Então na Presidência da Associação de Docentes da PUC-SP, conseguiu a aprovação pela Universidade, de licença-paternidade de uma semana, extensiva aos filhos adotivos.

Em setores da sociedade civil e no interior do Congresso tivemos muitos homens empenhados na aprovação dessa proposta. A licença-paternidade traz promessas de mudanças culturais, adoção de novos comportamentos e valores.

Vozes conservadores “argumentavam”: tal licença só serviria para o trabalhador se embriagar.

Pois nós confiamos na possibilidade da descoberta de novos caminhos para as relações entre homem e mulher, entre pai e filho, com melhores condições para a ligação mãe e recém-nascido.

Com sua atuação pública durante os trabalhos constituintes, muitos homens demonstraram: somar é possível. Queremos feminilizar o Estado e a nova legislação ordinária que vem aí. Para isso, somar é preciso.

